

CONGRESSO HISTÓRICO
DE GUIMARÃES E SUA COLEGIADA

850.º ANIVERSÁRIO DA BATALHA DE S. MAMEDE (1128-1978)

ACTAS

VOLUME V

COMUNICAÇÕES



GUIMARÃES • 1982

O «RETRATO DE PORTUGAL CASTELHANO»
DE FR. LUÍS DA NATIVIDADE
NO ÂMBITO DA PARENÉTICA AUTONOMISTA
DA DÉCADA DE 1630-1640

por

JOÃO FRANCISCO MARQUES

1. Ontem, obviamente bem mais do que hoje, dadas as condições que rodeavam a religiosidade e vida cultural das populações cristãs e mercê ainda da ausência e dificuldade de acesso destas a outros meios de informação/formação, o sermão, para além da sua funcionalidade específica, transformou-se num meio privilegiado de intervenção social. E foi-tanto mais quanto, num tempo e lugar determinado, sobrevinham acontecimentos que afectavam ou poderiam afectar o viver quotidiano das comunidades. Homem da Igreja e cidadão, o pregador mostrava-se particularmente sensível ao pulsar dessas realidades temporais, a ponto de premeditar a sua actuação no púlpito em consonância ou oposição com os poderes públicos. Em épocas conjunturalmente abaladas por crises políticas de dimensão nacional ou perturbações económicas e sociais de diversa amplitude, a prédica religiosa, com maior ou menor vigor e em geito mais hábil ou rude, veiculava insatisfações, tonitroava verbeamentos, apelava à paz ou sugeria a rebelia, extravazando a esfera do sagrado. Vestígios dessa parenética «comprometida» e, por vezes, acutilante, inquinada de intencionalidades profanas, quando não passou do suporte oral, são-nos revelados pelo testemunho de terceiros; se fixada, porém, em linguagem escrita, detectam-se em espécimes manuscritos,

às vezes em simples notas¹, e impressos, avulsos ou agrupados em sermões que a usura do tempo poupou².

A parenética em geral — muito embora só tenhamos de momento em mira o sermão de tonalidade política — oferece presentemente à historiografia, quer interessada pelo factual quer pela problemática, um largo e sáfaro campo de pesquisa³. E se na análise do passado, adentro da tessitura dos eventos, um sermão pode constituir por si um facto relevante através do impacto produzido, não é menos importante rastreá-lo como documento textual onde a multiplicidade de um vivido, próximo e/ou remoto, se invoca e evoca historicamente em referência ao contexto da realidade coeva. Será assim possível detectar, como se estivéssemos em face de um jornalismo doutrinador, acontecimentos e problemas que agitaram a nação e se repercutiram de forma vária na comunidade ou em determinados sectores sociais. Por isso, nos parece tão útil analisar estes discursos sacros, pesquisando a enumeração do factual, como estudá-los à luz da sua problemática, tendo em vista os efeitos que se procuravam obter no auditório. Este imediatismo é, aliás, bem evidente, se atendermos que se trata de instrumentos de persuasão cuja teia de raciocínios empregues se baseia nos princípios aceites e naquilo que pensa a maioria das pessoas. De considerar ainda que o sermão, cingindo-se a uma estrutura externa tripartida — que persistiu formalmente inalterada em exórdio, exposição e peroração —, não deixou quase sempre de acusar, no seu duplo objectivo de *delectare et movere*, a influência do modelo estético da corrente literária sua contemporânea⁴.

¹ Vide MARIA DE LOURDES BELCHIOR PONTES, *Frei António das Chagas um homem e um estilo do século XVII* (Lisboa, 1953), pp. 280-282; RAYMOND CANTEL, *Les sermons de Vieira. Étude du style* (Paris, 1959), pp. 13-15.

² Abordámos o assunto com algum desenvolvimento, na «Introdução Geral» da nossa tese de licenciatura: JOÃO FRANCISCO MARQUES, *A parenética portuguesa e a dominação filipina* (Coimbra, 1970), ex. policopiado de VIII + 560 pp. (No prelo).

³ É significativo o título do volume publicado pelo Instituto de História Económica e Social da Universidade de Marburg, com as comunicações apresentadas num colóquio organizado, em Outubro de 1974, sobre o estudo dos sermões impressos numa perspectiva interdisciplinar: *Leichenpredigten als Quelle historischen Wissenschaften*, publ. por R. LENZ (Cologne e Vienne, Böhlau, 1975), 557 pp.. No âmbito português e num encaminhamento a nível de história das mentalidades, ver sugestões e indicações, a propósito de um pregador em seu tempo e estilo de pregar, in MARIA DE LOURDES BELCHIOR, *op. cit.*, pp. 188-211, 280-319.

⁴ Vide a obra de ANÍBAL PINTO DE CASTRO, *Retórica e teorização literária em Portugal* (Coimbra, 1973), XIII + 756 pp.

2. Insere-se desta forma a prédica do franciscano Luís da Natividade, por ocasião da festa tradicional do *Pelote*, no âmbito do sermão político e do estilo barroco da época⁵. Peça oratória que sobressai entre outras de teor afim, proferidas em púlpitos portugueses e já por nós estudadas, merece bem nova e atenta releitura a nível parenético-literário e histórico-pragmático⁶. Trata-se, na verdade, de um texto com interessante tessitura metafórico-simbólica, além de vigoroso e patriótico repto no plano da crítica social e do incitamento à recuperação plena da autonomia política.

Pregado quase no fecho da década de 1630, o seu significado histórico avulta, se se tiver em conta a natureza e cadência de certos eventos então ocorridos, alguns enraizados em situações e constantes de larga tradição. A hostilidade aos cristãos-novos, os ataques das potências do norte à navegação lusa e a depredação do império, as tributações crescentes e a animosidade aos castelhanos, o abatimento moral e patriótico, o empobrecimento da nação em fazendas e vidas e a corrupção administrativa foram matéria de frequente tratamento na parenética portuguesa daqueles anos. Mais concretamente: o sacrílego atentado em S. Engrácia, os autos de fé, o ataque holandês à Baía e a conquista de Pernambuco, a morte do duque D. Teodósio, o agravamento dos impostos, a cobrança do real de água e meias anatas, a violação de privilégios eclesiásticos na questão das «capelas», a carestia de cereais e propagação de febres malignas, a falta de braços, as vicissitudes do trato comercial com as Conquistas, as perdas no mar, o luxo e efeminamento dos hábitos varonis — tudo isto motivou por si mesmo e/ou pretextou alusões directas e extensas, se não até pormenorizada análise, chegando a dominar toda a estrutura interna dos sermões. É certo que algumas evocações patéticas da realidade portuguesa de então, traçadas num cenário pessimista, não apagavam a esperança de melhor porvir. A presença da casa ducal de Bragança — relíquia de uma monarquia nacional —, a crença no «Encoberto», que desliza do regresso de D. Sebastião para o representante

⁵ RETRATO / DE PORTUGAL / CASTELHANO. / DECLAMAÇÃO ECCLESIASTICA, E / ENCOMIO VLTIMO SOBRE O PELLOTE DELREY / Dom Ioaõ de boa memoria, primeiro do nome; o qual atra-/vessado em a propria lança do mesmo Rey, se po-/em à vista do povo, na Villa de Guimaraes, todos / os annos em quatorze de Agosto, dia do na-/cimento, morte, & vitoria de Algibarro-/ta, pelo mesmo Rey, em quanto / se faz a procissão, prèga, diz a Missa : ao que tudo assiste o /Cabido, Camara, / & povo. / Foy declamada no Anno de 638. /, in DIVINDADE DO FILHO DE DEOS HUMANADO [...], (Lisboa, 1645), pp. 429-443.

⁶ Cf. J. F. MARQUES, *in* obra citada.

brigantino, e a crença no auxílio divino, assente num passado vinculado ao serviço da fé católica e apoiada por vaticínios redentores e messiânicos, alimentavam uma agitação patriótica, para se recuperar a independência política. Aliás, a gravidade de alguns acontecimentos insidiava a sua oportunidade e urgência. Com efeito, antes dos motins de Évora de 1637, são relevantes, entre outros, os sermões dos jesuítas André Gomes e Bartolomeu Guerreiro, em Palmela e Vila Viçosa, nas exéquias do duque D. Teodósio, e o de Gaspar Correia, na entrada em Évora do futuro D. João IV, de exaltação à casa de Bragança na pessoa do legítimo herdeiro de um rei natural. As pregações — a Santo António e S. Tomé, em Lisboa, na Sé e na Capela Real, nos anos de 1633 e 1636 —, do P. Luís de Lemos e do jesuíta Francisco de Macedo, que analisaram, a partir de uma interpretação alegórica, o estado de Portugal metropolitano e colonial, apresentam muitos pontos de contacto com a de Luís da Natividade nas realidades evocadas e verberadas. Violentos foram também não poucos pregadores, no continente, aquando dos referidos motins de Évora, a ponto de, perante a generalizada agitação social e o clima hostil à dominação castelhana, o representante de Filipe IV, a duquesa de Mântua, se ver coagido a intervir energicamente pela ameaça e perseguição dos mais exaltados. Entre outros, pagaram duramente as consequências do seu desassombro os jesuítas Francisco de Macedo e Francisco Freire que sofreram o encarceramento. E, em Dezembro de 1637, o padre da Companhia de Jesus, Manuel Escobar, no púlpito da Capela Real dos Paços da Ribeira, pregando na festa de S. Tomé, toma o epíteto evangélico de *gemellus* (gémeo), atribuído a este, para identificar com o destino do Apóstolo o de Portugal «perdido e restaurado»; e fá-lo com alusões contundentes à decadência moral, religiosa e política da nação. O sermão dedicou-o ao arcebispo D. Rodrigo da Cunha que foi convocado, meses depois, com outros portugueses — nobres e religiosos —, a Madrid onde vieram a sofrer fortes pressões e admoestações por parte de Olivares⁷. Seria neste clima de dificuldades e receios que Fr. Luís da Natividade pregou, em Guimarães, a 14 de Agosto de 1638.

3. As alusões da historiografia portuguesa ao orador e seu sermão foram várias, feitas sob pretextos diversos e de forma sobremaneira valorativa.

⁷ Cf. FRANCISCO MANUEL [DE MELO], *Epanaphoras de Vária História Portuguesa* (Lisboa, 1660), pp. 140-150.

E porquê? A nota comumente sobrelevada é constituir ele uma expressão convincente do talento oratório do pregador e corajosa afirmação do seu portuguesismo.

De facto, o cronista franciscano, Fr. Fernando da Soledade ao recordar que Luís da Natividade foi leitor de teologia e pregador notável no seu tempo, refere que compôs *A divindade do Filho de Deus encarnado* (sic), no qual livro bastava, para prova do seu grande talento e energia, o sermão feito ao pelote na Colegiada de Guimarães⁸. Por sua vez Rebelo da Silva, ao sublinhar que o confessionário, o púlpito e a aula foram armas da Igreja contra o governo de Olivares, cita a pregação de Fr. Luís ao pelote de D. João I que contém «censuras e frases contra o governo castelhano que bem revela o ânimo hostil e as intenções agressivas do autor»⁹. Camilo Castelo Branco, contestando a afirmação de Rebelo da Silva que atribui à educação jesuítica e à censura o obscurantismo existente na época dos Filipes, frisa ironicamente, quanto a esta última, permitir ela «que Luís da Natividade pregasse em Guimarães, mandando arvorar o pelote de D. João I, enquanto discorria violentamente sobre o 'Retrato de Portugal Castelhana'»¹⁰. Mas, da estima que lhe merecia o pregador e o texto, disse-o, com manifesto exagero, em carta a Inocêncio: «Para mim o primeiro orador sagrado é o pe. Luiz da Natividade, e o melhor sermão que conheço em portuguez é o d'elle, em Guimarães, ao pelote de D. João 1.º»¹¹. E se Barbosa Machado e Inocêncio nenhum realce dão ao escrito patriótico do franciscano, outros persistem, no entanto, em recordá-lo. Assim aconteceu num folhetim de «O Comércio do Porto», em Setembro de 1870, escrito pelo bibliógrafo bracarense Fernando Joaquim Pereira Castiço que, a pretexto da necessidade de se evocarem «exemplos de singular valor, coragem e patriotismo português ante a ambiciosa Espanha que, dizia ele, ora nos ameaça e afaga», transcreve passagens várias do sermão¹². E, sublinhando-lhe «a admirável exposição e linguagem,

⁸ FERNANDO DA SOLEDADE, *Historia Serafica Cronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*, t. III (Lisboa, 1705), p. 10.

⁹ LUIS AUGUSTO REBELO DA SILVA, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, t. V (Lisboa, 1871), p. 640.

¹⁰ CAMILO CASTELO BRANCO, *Curso de Literatura Portuguesa*, t. II (Lisboa, 1876), pp. 21-22.

¹¹ «Carta de 20.1.1867», in ANTÓNIO CABRAL, *Camilo de Perfil* (Paris/Lisboa, 1914), pp. 135-136.

¹² «Frei Luiz da Natividade. Sermão do Pelote em 1638», in *O Comércio do Porto*, ano XVII, n.º 229 (Porto, 22.IX.1870), pp. 1-2.

energia e patriotismo», anota não conhecer «declamação pregada por português em Portugal, no tempo ainda da ominosa dominação dos Filipes que se lhe avante em vigor de linguagem, em audácia de queixume e em fervor de esperança»¹³. Mal passada uma década, em 1881, o P. António José Ferreira Caldas, na sua obra monográfica sobre Guimarães, ao descrever o padrão de Nossa Senhora da Vitória, erguido quase em frente da porta principal da igreja da Oliveira, refere que a Câmara e Cabido da Colegiada promovem anualmente uma procissão comemorativa da batalha de Aljubarrota, havendo ao recolher, junto do dito padrão, e, diante do pelote, uma missa com sermão¹⁴. E acrescenta que o de 1638 foi pregado por Fr. Luís da Natividade que pronunciou um «sermão digno de se ler e meditar onde se profetiza a restauração de Portugal com imagens e alusões de muita erudição e da mais transparente intelecção popular»¹⁵. Mais recentemente, Hernâni Cidade aludirá ao sermão, quando, ao referir-se à censura no tempo dos Filipes, citar Camilo na mencionada observação a Rebelo da Silva¹⁶. Por sua vez Jacinto do Prado Coelho, em *Problemática da História Literária*, consagra-lhe um breve estudo sob a epígrafe: «Fr. Luís da Natividade e a esperança patética da Restauração»¹⁷. Nele, o sermão do pelote é apontado como um documento importante da literatura autonomista ou de «resistência» a merecer destaque pela «hábil invenção, pela força patética, pela veemência, pela acerba crítica social e pelo sentido nacional da sua 'declamação'», tanto «na história da cultura portuguesa do séc. XVII, como na história da nossa eloquência do púlpito»¹⁸. E deste sermão também largamente tratámos, em altura própria, na *Parenética Portuguesa e a dominação filipina*¹⁹.

4. Antes, porém, de se passar à sua análise, atentemos em certos pormenores biográficos que merecem ser recordados, a fim de se aquilatar da autoridade que assistia a Fr. Luís no que disse, em 1638, frente ao pelote de D. João I.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ ANTÓNIO JOSÉ FERREIRA CALDAS, *Guimarães. Apontamentos para a sua história* (Porto, 1881), p. 262.

¹⁵ IDEM, *ibidem*.

¹⁶ HERNÂNI CIDADE, *A literatura autonomista sob os Filipes* [Lisboa, s/d (1948)], p. 51.

¹⁷ JACINTO DO PRADO COELHO, *Problemática da História Literária* (Lisboa, 1961, 2.^a edição), pp. 105-107.

¹⁸ IDEM, *ibidem*, p. 107.

¹⁹ J. F. MARQUES, *op. cit.*, pp. 284-286, 375-378, 430-433.

Nem era ele novo nem desconhecido, quando aceitou pregar em Guimarães, naquela solenidade patriótica. Cremos que terá nascido provavelmente na última vintena do séc. XVI²⁰. Referindo-se-lhe ao nascimento, Barbosa Machado menciona apenas que era de família nobre e natural de Pinhel²¹. Beirão, por conseguinte. Sabe-se também que foi sobrinho, e ao que parece por via materna, do fidalgo Luís de Figueiredo, da estirpe dos Figueiredos por seus progenitores Hector de Sela Falcão e Joana de Figueiredo²² que não houveram senão uma filha, D. Joana, religiosa professa no convento de Pinhel, fundado por seu irmão²³. Afeiçoado ao tio e sensível à influência franciscana das religiosas de Pinhel ligadas à família, foi a sua vocação eclesiástica muito compreensivelmente encaminhada para a ordem seráfica dos frades menores²⁴. Nobre e intelectualmente dotado, frequentaria o colégio

²⁰ Fr. Luís da Natividade faleceu em Lisboa, no ano de 1656. Sendo já capelão da Capela Real a partir de 1619, e guardião e Lente de Escritura no colégio franciscano de Coimbra, em 1626, presumimos que a data do seu nascimento haja recaído no período indicado.

²¹ DIOGO BARBOSA MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, III (Coimbra, 1967, 2.^a ed.), p. 122.

²² Cf. FELGUEIRAS GAIO, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, t. XIV (Braga, 1938), p. 126; FERNANDO DA SOLEDADE, *op. cit.*, t. V, p. 287.

²³ Cf. FERNANDO DA SOLEDADE, *op. cit.*, t. III, p. 288. Homem pio e instruído, Luís de Figueiredo era em 1586 escrivão da Casa da Índia de onde transitou, ainda no tempo de Filipe II, para a secretaria e conselho da fazenda do reino de Portugal. Em 1596, doou ao geral dos franciscanos umas casas que possuía na praça de Pinhel para a fundação de um convento de religiosas clarissas. Concluído em 1602, foi seu orago S. Luís de Tolosa e sua primeira abadessa, Eugénia da Natividade, vinda do mosteiro de Vinhó. Funcionário zeloso e culto, Luís de Figueiredo compôs 3 livros sobre o almoxarifado, os contratos ultramarinos e as rendas da Índia que apresentou a Filipe III, aquando da visita do monarca a Portugal, grato talvez por havê-lo feito, em 1607, fidalgo de sua casa. Cf. FERNANDO DA SOLEDADE, *op. cit.*, t. III, pp. 281-282.

²⁴ Sabe-se que foi a Fr. Luís da Natividade que o tio confiou as cópias de duas dessas obras juntamente com uma outra em que descrevia todas as fortalezas situadas na costa desde a Galiza até Sevilha. Mais tarde, o sobrinho ofereceu estes livros a D. João IV. É de crer que a estima do frade para com Luís de Figueiredo proviesse também da aura que este gozava de homem probo e patriota, se fizermos fé no cronista Fr. Fernando da Soledade, quando refere haver ele dito com desassombro ao conde de Salinas que os conselheiros castelhanos, assistentes ao vice-rei, D. Diogo da Silva, em tudo quanto praticavam não visavam outro intento que o de «destruir e aniquilar este Reyno». Cf. FERNANDO DA SOLEDADE, *ibidem*, p. 285; «Ao Nosso Muito Alto e Muito Poderoso Rey, e Senhor Dom Ioam o IV. [...]», in Luís da Natividade, *Divindade do Filho de Deos Humanado* [...] (Lisboa, 1645). «Dedicatória» da obra, pp. iniciais n. num.

universitário de S. Boaventura onde era guardião, sabemo-lo, em 1628 — altura em que Filipe IV lhe endereçou duas cartas a informar-se acerca da capacidade dos opositores concorrentes na Universidade ao provimento do titular de catedrático de Prima, na faculdade de Leis, e de substitutos para algumas cadeiras de cânones²⁵. Daqui passaria a exercer o mesmo cargo no convento de S. Francisco, da então vila de Guimarães, em 1636²⁶. Nessa qualidade, participou, segundo o cronista Fernando da Soledade, no sínodo bracarense reunido pelo arcebispo D. Sebastião de Matos, fazendo com que nele se jurasse a imaculada conceição da Virgem Maria²⁷. Foi durante a sua permanência na terra vimaranense que proferiu o já nomeado sermão. Na altura, era prior da colegiada D. Bernardo de Ataíde, prelado nada zeloso dos deveres do cargo, pois segundo consta, teve de sofrer os agastamentos de D. Rodrigo da Cunha, por não residir no priorado onde só ia para levantar os réditos que lhe cabiam²⁸. O convite ter-lhe-ia sido formalizado pelo Cabido de que, ao tempo, era figura preponderante o cónego Rui Gomes Golias, seu mestre-escola, que tomara posse do lugar, em 1629, precisamente no mesmo ano de D. Bernardo²⁹. Mas que presidiria à escolha? A indiciar pelos dados

²⁵ Cf. FERNANDO DA SOLEDADE, *op. cit.*, t. III, p. 303.

²⁶ Cf. DIOGO BARBOSA MACHADO, *op. cit.*, t. III, p. 122.

²⁷ Cf. FERNANDO DA SOLEDADE, *op. cit.*, t. III, p. 602.

²⁸ Cf. MANUEL ALVES DE OLIVEIRA, «História da Real Colegiada de Guimarães», in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. XXVII (Guimarães, 1975/77), p. 201.

²⁹ Rui Gomes Golias (1582?-29.3.1649) tomou posse do cargo de mestre-escola da Colegiada, em 7.IV.1629, tendo permutado com o seu antecessor, Sebastião Vaz Golias, a abadia de Vila Nova de Sande de que era titular. Sucedeu-lhe no dito cargo e no morgadio «Golias» por si instituído, seu sobrinho, Doutor João de Guimarães Golias, desembargador de agravos e da mesa da consciência, que como embaixador de D. João IV foi enviado duas vezes à Suécia e outras tantas à Holanda. O Dr. Rui Golias era figura de prestígio não apenas pela fidalga estirpe, como ainda pelas intervenções que teve na vida da Colegiada e do burgo vimaranense. Foi provedor eleito da Misericórdia de Guimarães, em 3.VII.1629, com reeleições nos anos de 1639 e 1645. Na vida interna da Colegiada, aparece em várias ocasiões, depondo em processos de rotina sobre a prova de pureza de sangue, imposta a candidatos ao Cabido, e nos autos das visitas de D. João Lopo de Faro, prior desde 1641, intentadas no espiritual e material, em que confirma a degradação a que chegara a recitação coral das horas canónicas. Consta que em uma visita feita com outros capitulares à freguesia de S. Torcato, a fim de se providenciar sobre as obras de restauro do túmulo do mártir, extraiu-lhe parte do calcanhar que trouxe como relíquia para a capela do Santo Nome de Jesus, anexa à sua casa da antiga rua das Lamelas, sendo mais tarde restituída à Colegiada, em 21.XII.1662, por sua sobrinha e herdeira no morgadio, Catarina Golias. Era um patriota convicto já no tempo da dominação filipina, como se depreende das atitudes tomadas em relação à prédica de

que nos ficaram, parece-nos que o sentir patriótico de Fr. Luís da Natividade deveria ser notório e dele comungaria o Dr. Rui Golias, não sendo por isso de afastar uma convivência mútua na conotação fortemente política que o orador imprimiu à prédica; no que, de resto, iam ao encontro do estado de espírito que fervilhava no reino e de que, no burgo vimaranense, muitos compartilhavam. De facto, Fr. Luís pertencia à falange dos que acreditavam no aparecimento próximo do «Encoberto», não fazendo questão de ocultá-lo em demasia³⁰. O cónego Golias sabia-o e a quase totalidade do auditório que o escutou, unânime no teor do que lhe ouvia, recebeu-o com agrado³¹. Duplo risco correu, pois, o pregador quando, ao perorar em tal acto, deixou transparecer os juízos que carregava em seu sentir, e, finda a solenidade, cedeu às instâncias dos amigos, confiando-lhes uma cópia do sermão³². Mas a hora era de arrojo e Fr. Luís possuía-o. Por isso assumiu conscientemente o perigo a que se expunha, pois, embora prevenido «da benevolência dos ouvintes fiados do púlpito», sabia «que sempre se arrisca mais o prégador na interpretação dos ouvintes, ã na formalidade do que diz»³³. E se o proferiu — como garante e nos asseguram —, nos termos precisos em que o publicou, grande temeridade foi a sua. Na verdade, a vila de Guimarães albergava uma guarnição castelhana e D. Bernardo de Ataíde era, pelo que a seguir se viu, homem da simpatia de Filipe IV³⁴.

Fr. Luís da Natividade. Vide: *Boletim de Trabalhos Históricos* (Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta), vols. I, p. 45; -II, pp. 65, 70-71; IV, pp. 70, 72, 122; VII, p. 104; XV, pp. 134, 144; XVI pp. 69, 173; TORQUATO PEIXOTO D'AZEVEDO, *Memorias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*. [Em 1692] (Porto, 1845), p. 367; MANUEL ALVES DE OLIVEIRA, *loc. cit.*, pp. 25, 75, 202 e 314; «Carta do Doctor Rui Gomes Golias, Mestre Scolla da insigne, & Real Collegiada de Sancta Maria de Guimarães, ao author, sobre a Declamação seguinte [Retrato de Portugal Castelhana] em 14 de Novembro deste anno de 1644», in LUIS DA NATIVIDADE, *Divindade do Filho de Deos Humanado* [...] (Lisboa, 1645), p. 443.

³⁰ Cf. «Carta do Doctor Gomes Golias [...] em 14 de Novembro [...] de 1644», in *loc. cit.*, p. 443.

³¹ Cf. *Ibidem*.

³² Cf. *Ibidem*.

³³ Cf. «Argumento da Declamação Seguinte, Retrato de Portugal Castelhana», in *Divindade do Filho de Deos Humanado*, p. 429.

³⁴ D. Bernardo de Ataíde, vimaranense, doutor em cânones pela Universidade de Coimbra, deputado da Inquisição de Lisboa, Cónego das Sés de Lisboa, Elvas e Leiria, foi o último prior da Colegiada no período filipino, havendo exercido o cargo até 1640, altura da sua indigitação para a diocese de Portalegre de que não chegou a tomar posse, por se ter dado a Restauração de Portugal. Filipe IV escolheu-o para bispo de Astorga e depois de Ávila, falecendo quando já estava nomeado arcebispo de Burgos. Cf. MANUEL ALVES DE OLIVEIRA, *loc. cit.*, p. 201.

Teria, de algum modo, a natural repercussão do patriótico discurso contribuído para a não reeleição do frade, como superior do convento, findo o triénio do seu mandato de guardião? Que disfrutava de estima e respeito, no burgo vimaranense, pelas qualidades que o ornavam, não nos custará a acreditar, mesmo fiados apenas no testemunho do mestre-escola Golias³⁵. Que em Santarém, para onde depois seguiu, continuou a desenvolver uma actividade patriótica a coberto de um «sebastianismo confesso» — prognosticando a mudança da monarquia, por provável conhecimento da movimentação em torno do duque de Bragança —, é também facto conhecido, mesmo que só pela confissão da referida fonte acrescida do seu comportamento na aclamação de D. João IV³⁶.

5. A impressão do texto do sermão do pelote está ligada à da 1.^a parte da obra *Divindade do Filho de Deos Humanado* que, aparecida em 1645 com dedicatória a D. João IV, já se encontrava pronta para o prelo em 1640³⁷.

³⁵ Cf. «Carta [...], in *loc. cit.*, p. 443.

³⁶ Cf. *ibidem*. Por interessante, transcreve-se o poema dedicado ao sermão e ao pregador, antecedendo o texto do «Retrato de Portugal Castelhana» (p. 430), de um anónimo jesuíta do Colégio da Companhia de Jesus em Santarém: *Epygrama Scalabitani / Collegij Societatis Iesus*.

Sustinet sagum, quo se, suaque arma tegebat
 Rex quondam, & Magnae Matris Oliva nitet.
 Captat utrumque oculus, populo spectante, quotanis:
 Algibbarrotam cum sua pugnabat
 At queritur vestem senis Ludovicus ademptam:
 Nec Franciscanum credit adesse sagum.
 Personat ille, hastamque olim, Regemque furentem;
 Quam bona et hasta fuit, tam bene & ille sonat.
 Si tamen ille cupit vestes renovare senectam,
 En modo, qui priscum nomen, & omen habet
 Nam si dat Primum olim Algibbarrota Ioannem
 Lysia nunc QVARTO tota IOANNE viret.

³⁷ Trata-se de um florilégio de sermões, todos provavelmente pregados e depois revistos para o prelo. O tema geral é o da natureza divina da pessoa de Jesus cuja fundamentação escriturístico-teológica se procura demonstrar. São discursos de índole doutrinária, peçados de citações, arquitectados segundo uma dialéctica escolasticizante em tecido retórico. Embora proferidos perante uma assembleia heterogénea de ouvintes, visavam argumentar contra os negadores deste dogma cristológico. Na mira do pregador, estariam, em particular, as posições de judeus e judizantes — numerosos no Portugal coevo — cujos arrazoados, ao menos de forma sumária, os fiéis conheceriam. E, se a vida quotidiana não possibilitava a muitos católicos esse contacto, *ex visu et auditu*, ser-lhes-ia

Por motivos que se ignoram, ficou, no entanto, retida por mais um lustro na gaveta do autor. Nessa altura, passou ele de Santarém a Lisboa, onde gozou do favor de D. João IV, em cuja presença algumas vezes pregou, na capela real, e cuja causa serviu dedicadamente até à morte. Como prova, restam-nos os incisos categóricos, de apoio à revolução vitoriosa inseridos, a propósito, no texto revisto de vários sermões e na dedicatória ao monarca estampada no tomo publicado³⁸. Será de assinalar, a propósito, que, ao

proporcionada uma informação simplista, feita na própria prédica, através de breves alusões onde se citavam os pontos discordantes e as provas mais comumente alegadas. Era e é, este, um processo vulgar de controvérsia face a um opositor real, não interveniente, com quem só fictícia e parcialmente se dialoga. Expediente oratório utilizado aliás nos discursos de intenção apologética destinados a arreigar convicções e firmar e/ou endurecer comportamentos. Compilados por Fr. Luís da Natividade, antes de Abril de 1638, os vinte e quatro encómios, escritos para as celebrações litúrgicas dos mistérios de Cristo, formavam a primeira parte da obra que, no plano do autor, teria um segunda, abrangendo os dias clássicos da quaresma e as tardes quaresmais. Dividida em dois volumes, de que um constaria de citações da Escritura com mais de dois mil lugares, esta segunda parte estava pronta em 1645, trabalhando o autor na preparação de uma terceira que abarcaria sermões eucarísticos, marianos e seráficos. E chegaria, de facto, a completar o trabalho conforme se depreende da informação de MARTINHO DA FONSECA [«Elementos bibliográficos para a história das guerras chamadas da restauração. 1640-1668», in *Arquivo de História e Bibliografia. 1923-1926*, II vol. (Lisboa, 1976), p. 248, n.º 718] que menciona um manuscrito pertencente ao desembargador Amador António de Sousa Bermudes, de Torres, anunciado no Catálogo n.º 15 da Livraria Camões de Fernandes Possas, do Porto, com a seguinte descrição: «*Obsequios Virginaes, e Eucharisticos: Acções del Rey D. Ioam o IV. nosso Senhor Rey de Portugal. Aplaudes a Religião Serafica dos Frades Menores grata ao Juramento que Sua Magestade com seu Reyno junto em Cortes fez em 24. de Março do anno de 1644. [sic] de ter, & defender a Purissima e Immaculada Conceição da Virgem Maria Nossa Senhora. Escreve-os Fr. Luiz da Natividade. 4.º de 684 pág.*». Como é óbvio, o ano de 1644, em vez de 1646, deve-se a erro de transcrição ou do copista.

Em 1 de Junho de 1640, Juan Marinero, geral dos franciscanos, rubricava a sua aprovação à *Divindade do Filho de Deos Humanado* que recolhera já as aprovações censórias e permissões da praxe, unânimes todas em acentuar, nos seus arrazoados, a ortodoxia doutrinária, erudição escriturístico-patristica, linguagem e estilo adequados, cultura humanística do orador. E, a coroar as qualidades enaltecidas, um censor, irmão de hábito, afirmava que a obra seria de proveito a pregadores, ajuda a curiosos e edificação aos leitores — o que no caso concreto se pode sem dificuldade aceitar, mesmo tendo em conta o convencionalismo dos juízos expressos nesta panóplia literária de uso corrente na sermonária impressa, coeva.

³⁸ É o caso dos «Encómios» nono e vigésimo: o primeiro, dedicado à fuga de Cristo para o Egipto e desterro da Virgem; o segundo, consagrado ao domingo de Sexagésima. No texto da «Dedicatória» ao monarca, alude aos vinte e seis anos de exercício de pre-

referir-se ao Rei, frisa ser ele o «promettido, restituído & dado por Deos» e usar como insígnias régias, em seu brasão de armas, as chagas de Cristo³⁹. Isto mesmo precisamente se passava com o emblema do prelado da ordem, a que pertencia, que muitos serviços há prestado, na paz e na guerra, à monarquia lusa⁴⁰. Daí, a inclusão do discurso do *pelote* na colectânea dos «Encómios» se deva talvez ao desejo de mostrar a colaboração prestada, durante os tempos filipinos, à causa da restauração da autonomia política e de satisfazer o pedido insistente do seu amigo vimaranense Dr. Gomes Golias. Na verdade, logo após a aclamação de 1640, em carta que lhe endereçou, o mestre-escola da Colegiada rogava-lhe inserisse a oração proferida em Guimarães no volume primeiro da edição de suas obras, em que o sabia ocupado, e cuja leitura dos cadernos iniciais, já impressos, lhe acusava, com vivo entusiasmo, em Novembro de 1644⁴¹.

Retrato de Portugal Castelhana chamou Fr. Luís da Natividade a esta declamação patriótica que classifica de eclesiástica e enumera, à laia de apêndice, como o XXV e último dos «encómios» da *Divindade do Filho de Deos Humanado*⁴². E se, por carência de prova documental, se torna hoje impossível confirmar a identidade entre o texto pregado e o texto impresso, que o cónego da Colegiada e o próprio autor insistem ser rigorosa, não será, por outro lado, legítimo duvidar que, a ter havido alterações, se hajam limi-

gador da Capela Real onde, em alguns deles, teve a ouvi-lo o próprio D. João IV. Logo, só depois de 1640. É aqui que refere a oferta que fez ao rei dos manuscritos de seu tio, Luís de Figueiredo Falcão, congratulando-se com a sua aclamação, «para augmento da Santa Igreja, & bem de seus Reynos», e com a estima que consagra aos frades da Ordem de S. Francisco, seus «humildes & affectuosos oradores».

³⁹ Cf. «Dedicatória» citada.

⁴⁰ Cf. *ibidem*.

⁴¹ Cf. «Carta do Doctor Rui Gomes Golias [...]», *loc. cit.*, p. 443.

⁴² DIVINDADE / DO FILHO DE DEOS HUMANADO / IESVS CHRISTO REDEMPTOR, E / SALVADOR DO MUNDO. / MOSTRADA NOS ENCOMIOS DIVINOS COM QVE / a Igreja Catholica a festeja nos dias classicos de suas solemnidades. / PRIMEIRA PARTE. / COM HVMA DECLAMAÇAM SOBRE O PELLOTE / delRey Dom Ioaõ o I. de boa memoria, intitulado . *Retrato de / Portugal Castelhana*. / COM TRES INDICES, E ELENCO COPIOSO PARA OS / Evangelhos, & festas de todo o anno. / OFFERECIDO A ELREY DOM IOAM O IV. NOSSO SENHOR. / [Gravura do escudo português coroado] / AVTOR FR. LVIS DA NATIVIDADE LENTE QVE FOI DA SCRIPTURA SAGRADA / frade menor, filho da Santa Provincia de Portugal. natural da Villa de Pinhel Falcão. / EM LISBOA. Na officina de Lourenço de Anvers. Anno de 1645. / A custa de Manuel Pereira Mercador de Livros. Vol. in fol. (290 × 210 mm.), [8] + 576 pp.

tado a pormenores formais de somenos⁴³. A análise a seguir intentada assentará, pois, na versão impressa de 1645, na *Divindade*, e não aspira a mais do que porventura relevar, face ao conhecimento presente dos circunstancialismos históricos e literários daquela época de seiscentos, a pertinência do assunto, a intencionalidade polémica e a justeza dos processos retóricos utilizados — objectivos cuja prossecução conjuntamente visamos⁴⁴.

6. Sensível à conjuntura particularmente dramática da pátria, os impulsos nacionalistas de Luís da Natividade impelem-no para uma actuação, servindo-se do seu ministério eclesiástico. Os largos recursos escriturísticos do mestre de teologia e os talentos do orador experimentado na dialéctica barroca dinamizam por inteiro toda a traça e substância do discurso. Dentro de uma estrutura externa usual no sermão, o texto escrito encontra-se repartido por um exórdio (pp. 431-432) e seis parágrafos, correspondendo os 5 primeiros à *exposição* (pp. 433-440) e o último à *peroração* (pp. 440-442). Interessado em captar a atenção e benevolência do auditório — objectivos funcionais do exórdio —, o orador sabe que só o poderá conseguir se o motivar fortemente para o assunto. Apresentará, por isso, o tema e justificará, acto contínuo, a escolha feita. A perícopa extraída do Evangelho de S. Lucas (cap. 11): *Beatus Venter qui te portavit et ubera quae suxisti* era um dos muitos conceitos predicáveis, amiúde tomados, para exaltar a maternidade da Virgem. E, como o sermão era de Nossa Senhora sob a invocação da Oliveira, de prever seria, declamado o tema, que o discurso se limitasse a seguir a linha comum das orações marianas laudatórias da Virgem como Mãe de Deus. Contudo o «tema», aqui, e ainda menos qualquer de seus elementos, não será motivo condutor (*leitmotiv*). Antes sim mero pretexto, para fugazmente se referir à vitória de Maria sobre os heréticos negadores da sua maternidade divina e justificar a gratidão devida a seu filho. Não tem, de resto, outro fim a citação do comentário de Beda à conhecida

⁴³ Na já citada «Carta» do Dr. Golias, diz-se: «Com hũa vontade agradecida beijo a mão a V. P. pella lêbrança de me mandar estes quadernos, q̃ torno a remeter, & nada contẽ de novo, mais q̃ os caracteres; porq̃ cõferidos cõ o original, q̃ temos aqui, & cõ nossas memorias, tudo vem a ser o mesmo». O próprio Fr. Luís da Natividade ao expor o «Argumento da Declamação [...]», com que antecede a publicação da mesma (p. 429), declara: «Antevenho o duvidarse da formalidade do prègado ao impresso, com a verdade de pessoas dignissimas de todo o credito: tanta temeridade serà contrariada [...]».

⁴⁴ Optámos pela transcrição paleográfica dos trechos transcritos do sermão. A paginação corresponde à da *Divindade do Filho de Deus Humanado* onde se encontra inserido.

passagem de S. Lucas aduzida como prova do dogma católico de que Cristo é verdadeiro e natural filho da Virgem e também filho de Deus. Daí, adianta o orador, dever sustentar-se, contra o heresiarca Eutíquio, ser Maria não *Cristotocos* mas *Teotocos*⁴⁵. Logicamente a prédica se orientará no sentido de se enumerarem as razões para a acção de graças a Deus por este atributo da Virgem, que, sendo uma expressão de vitória «contra o blasfemo herege», se poderia conotar em rigor com uma outra vitória: a de Aljubarrota⁴⁶ — pretexto da celebração festiva⁴⁷. Mas que via seguirá o orador?

⁴⁵ O patriarca de Constantinopla, *Nestório* (380-451), pregou publicamente contra o facto de Maria ser considerada mãe de Deus (θεοτοκος), pois que era apenas mãe de um homem, Cristo, onde Deus morava (χριστοτοκος). Proposição que, por considerada herética, foi condenada no Concílio de Éfeso (431). *Eutíquio* (378-454), monge constantinoplitano, é autor do monofisismo, doutrina que admitia haver separadamente, antes do Verbo de Deus incarnar em Jesus, duas naturezas, a divina e a humana. Ao assumir a natureza humana, elas ficariam de tal modo unidas em Cristo que este não teria mais que uma natureza. Maria seria unicamente a mãe da pessoa humana de Cristo. A heresia foi condenada pelo Concílio de Calcedónia (451) que proclamou, como doutrina ortodoxa, ser Jesus Cristo não um ser dividido em duas pessoas, mas o único e mesmo Filho de Deus, o Verbo incarnado. Daí Maria ser considerada mãe de Deus (*teotocos*) e não apenas o receptáculo de Cristo (*Cristotocos*). [Cf. PIERRE ALBERS e R. HEDDE, *Manuel d'Histoire Ecclesiastique*, t. I (Paris, 1939), pp. 168-175]. É a esta controvérsia cristológica e mariológica que Fr. Luís da Natividade se reporta, quando se refere a Eutíquio.

⁴⁶ A crise de 1383-85 eclodiu durante a vigência do cisma do Ocidente. Ao assumir o governo, D. João I, talvez aconselhado por João das Regras, inclinou-se pelo papa de Roma, Urbano VI. Todos os prelados portugueses, presentes nas Cortes de Coimbra de 1385 e subscritores da acta da eleição e aclamação do Mestre de Avis para rei, fizeram público reconhecimento de Urbano VI, denominando o pontífice de Avinhão, Clemente VII, de anti-papa. A este haviam aderido os castelhanos que, por tal motivo, eram tidos como heréticos pela facção ortodoxa da Igreja. [Cf. MIGUEL DE OLIVEIRA, *História Ecclesiástica de Portugal* (Lisboa, 1948, 2.^a ed.), pp. 126-127]. É esta a base da nossa suposição: pretender, na sua referência ao heresiarca Eutíquio, certamente visar os castelhanos. Aliás, logo no início do sermão (p. 432, col. 1), o pregador alude expressamente à vitória do monarca luso nos campos de Aljubarrota, alcançada sobre seus contrários, «inimigos da gloria, & nome portuguez, & scismaticos, por então, da Igreja Catholica Romana».

⁴⁷ Anualmente, a 14 de Agosto, Guimarães celebrava festivamente, com soleníssimo préstito religioso, a vitória alcançada em Aljubarrota. E, ao que consta, nunca o deixou de fazer durante a dominação filipina. Era costume realizarem-se no aniversário daquela batalha e pelo país cerimónias religiosas em acção de graças pelo triunfo das armas de Portugal. Com efeito, ao evocar uma conversa entre portugueses e castelhanos, em 1605, durante a sua estadia em Valladolid, Tomé Pinheiro da Veiga [cf. *Fastigimia* (Porto, 1911), p. 250] refere as alusões de certa dama espanhola a «hum sermão que cada anno fazem [os portugueses] a festa da Santa forneira que matou sete castelhanos, que eles tem

Dois signos visuais são presentes ao auditório reunido na praça vimaranense: a imagem de Nossa Senhora da Oliveira e o «pelote» de D. João I atravessado pela lança⁴⁸. Por um artifício, em que a retórica sagrada do tempo era fértil, Fr. Luís da Natividade substitui habilmente o tema do texto bíblico por outro tema, exterior àquele, histórico e, na circunstância, muito mais mobilizador do interesse dos ouvintes: o do sintagma «pelote roto, pobre, esfarrapado e alanceado». Na verdade, a hora não era azada para se entoar cânticos de louvor à Virgem, quer pelo triunfo alcançado em Aljubarrota, quer pelas glórias divinamente concedidas por sua intercessão ao reino luso. Hoje, afirma Fr. Luís, é «mais próprio chorar mágoas presentes, do que celebrar glórias passadas»⁴⁹. Este paralelismo antitético, do ponto de vista semântico, centra-se totalmente no «pelote» e na lança. O «topos» constante é o da oposição entre os «tempos passados» e os «tempos presentes». E o processo metafórico-alegórico que irá constituir a arquitectura do sermão, assentará, pois, na figuração do estado presente do reino:

«Que acabe ja de todo de levar para o Ceo, que goza, este seu Reyno; pois sem dúvida irá ao Ceo morrendo martyrizado. Que se acabe já de todo, pois que com tanta preça corre a se acabar esta gloria, & lustre de Portugal. E tanto nos fios da vida está todo elle!»⁵⁰.

por santa». Por sua vez, João Salgado de Araújo, em 1642 [cit. por LÚCIO DE AZEVEDO, *A Evolução do Sebastianismo* (Lisboa, 1947, 2.^a ed.), p. 74, n. 2], menciona um «sermon antigo que se predicava en el Real Convento de la Batalha», sobre Aljubarrota, polvilhado de exageros patrióticos. Ora durante o domínio filipino, pelo menos em alguns lugares do reino, essas celebrações deixaram de se fazer. Na verdade, possuímos uma provisão (cf. *B. G. da Univ. de Coimbra*, ms. 712, ff. 110v-111) dirigida em 12.6.1641 ao Corregedor de Portalegre, ordenando que em todos os lugares da comarca onde se realizava «a procissão da Victoria de Algibarrota», se continuasse a fazer com toda a solenidade. O mesmo aconteceu em relação à cidade do Porto onde o rei D. João IV mandou, em 12.VI.1641, que se prosseguisse com a procissão referida, todos os anos, a 14 de Agosto. Cf. LUÍS DE SOUSA COUTO, *Origem das Procissões da Cidade do Porto* (Porto, 1936), p. 51.

⁴⁸ Ao cumprir o voto feito a N.^a S.^a da Oliveira, por cuja única virtude confessa haver vencido a batalha de Aljubarrota, D. João I depositara sobre o altar as armas com que combatera juntamente com o loudel que vestia naquela memorável jornada. Cf. MANUEL ALVES DE OLIVEIRA, *loc. cit.*, pp. 171-172.

⁴⁹ Cf. «Retrato», p. 4. Sempre que citarmos o texto do «Sermão do Pelote», de Fr. Luís da Natividade, fá-lo-emos assim, em concordância com o seu título original. A paginação corresponde à da *Divindade*, texto impresso a duas colunas.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 432, col. 1.

Como se dissesse: o reino, se está *martirizado*, deverá ser chamado para o Céu, visto que morre mártir; se está *nos últimos fios de vida*, em seu termo se encontram todas as suas glórias. Esta última expressão reveste-se assim de um sentido duplo: «estar nos últimos fios de vida» é estar a morrer, a desfazer-se — o que, aplicado ao *pelote*, quer significar, no sentido real, que ele está «roto», «gasto», a «romper-se»; e, no sentido alegórico, que o Reino está prestes a findar. O *pelote* é, portanto, um adequado retrato de Portugal, suportando os inconvenientes da união com Castela. As roupas atravessadas pela lança justificarão bem as mágoas presentes sentidas por todos quantos não gozaram as glórias passadas. De resto, lembra o orador, sempre na *Escritura* os vestidos rasgados foram símbolo de reinos perdidos. E cita, a propósito, os episódios bíblicos, afins, em que intervieram Abias e Caifás⁵¹. No caso português, o vestido rasgado é o *pelote*. E a similitude era clara: o *estado*, em que se encontrava, era bem a amostra real do estado do Reino. Só que ele, pregador, nem se aproveitará da ocasião para «celebrar antigas glórias», nem «chorar males de agora». Mais uma vez, em curto espaço, surge, através da antítese, a oposição passado-presente. Mas o quiasmo resultante da colocação do substantivo e do qualificativo faz com que a expressão anterior («chorar magoas presentes/celebrar glórias passadas») seja agora repetida numa outra variante («celebrar antigas glórias/chorar males de agora»), reforçando o patético da situação:

«[...] O Reyno que nessa roupa, o invicto Senhor Dom João nosso Rey dedicou, & sogeytou à Virgem da Oliveyra, quando o vedes em tal estado, nelle vedes tambem qual esteja o Reyno. Por onde eu hoje não quero celebrar antigas glorias, nem quero chorar males de agora: só os males deste pellote quero sejam materia desta declamação: delle, & com elle fallo»⁵².

Recorrendo a uma subtileza conceptista, o pregador declara que não vai falar da realidade *passado/presente* de Portugal, mas apenas dos *males do pelote* que toma, desta forma, como conceito predicável. Embora a conotação fosse por demais evidente (antes dissera expressamente ser ele, *pelote*, o *retrato*, o símbolo do Reino), compreende-se o recurso, algo inconsistente, ao disfarce. Guimarães, albergava, entre muros, um presídio militar caste-

⁵¹ Cf. *ibidem*.

⁵² *Ibidem*.

lhano. E agentes ou simpatizantes de Castêla bem poderiam encontrar-se entre a multidão dos ouvintes. Sem referir já a chusma de intriguistas, que sempre aparecem nestas ocasiões, actuando a seu cómodo. O orador necessitava, pois, de possuir, se fosse objecto de denúncia por actuação anti-castelhana, um *alibi* em que se escudasse. Lembremo-nos que, no ano anterior, se haviam dado as alterações de Évora e, nessa sublevação e seu alastramento ao resto do país, foram incriminados os pregadores, tendo-se pedido às autoridades religiosas enérgica actuação⁵³. Os culpados eram considerados réus de lesa-majestade e as penas, em que ficavam incursos, rigorosas. Ao refugiar-se nesta, ainda que ténue, ambiguidade, o guardião do convento de S. Francisco, sem deixar de tornar perceptíveis seus verdadeiros intentos, punha-se ao abrigo de uma formal acusação. E, talvez por assim pensar, termina o exórdio com uma arrebatada apóstrofe, tornado interlocutor, confidente e juiz de recriminações e esperanças:

«Com vosco veneravel Pellote me quero hoje entender; & sem vos querer cortar, vos devo descozer todo: certo de que falando só com vosco, nem vòs ficais afrontado, nem outrem pode sair queixoso. Vòs se não sois Evangelho, sede, pello menos, prophecia, serei eu roim interprete, pois não em bem, mas para mal, entendo vosso texto. Vejo-vos, pellote, velho, & roto: vejo-vos atravessado com vossa propria lança (que vistas para conjecturar bem dellas). Só me resta para consolação vervos diante desta Virgem da Oliveira, que se hua vez vos livrou da morte, vos pode ainda ressuscitar a nova vida. Dirvosey o que de tudo isto alcanço, vos julgareis das razões em que me fundo»⁵⁴.

O estado do *pelote* passa assim a ser um esquema, um ideograma do sermão, e a explanação do pregador o desenvolvimento da equivalência entre o objecto-*imagem* (*pelote*), visualizada pelo auditório, e a *realidade*-presente (Portugal), em contraste com o passado-*imagem* e o passado-*realidade* (*pelote* e Portugal de ontem). Desta forma, a situação antitética — o Portugal livre e

⁵³ Cf.: DEDUÇÃO CHRONOLOGICA, E ANALYTICA, Parte primeira (Lisboa, 1767). § 324, p. 176; CONDE DA ERICEIRA, *História de Portugal Restaurado*, nova edição, anotada e prefaciada por António Álvaro Dória, vol. I (Porto, 1945), n. F, pp. 474-476; FRANCISCO MANUEL ALVES [Abade de Baçal], «Génesis do movimento restaurador de 1640», in *Ocidente*, vol. IV (Lisboa, 1939), p. 9.

⁵⁴ «Retrato», p. 432, col. 1.

glorioso e o Portugal castelhanizado e lastimoso — adquire propositadamente a dimensão de um metatexto cuja *leitura* o orador se esforçará por tornar compreensível (*docere*), a fim de provocar a reacção dos ouvintes (*movere*). Por isso, Fr. Luís da Natividade tornará como referente o *pelote* «velho, roto e atravessado pela lança». Ora, quando afirma que o vai «descozer todo» sem o «querer cortar», pretende com isto indicar a sua intenção de mostrar de que modo o *pelote* corresponde ao Reino. Daí, outra via não se lhe oferecer senão dissecá-lo. Considerando-o como «texto», ele passa a ser seu intérprete: na denúncia dos males e no anúncio de salvação. E, porque o discurso não é político mas sacro, a gratidão à Senhora da Oliveira e a referência ao poder da Virgem, como fiadora de uma nova vida — um «ressuscitar» —, tornam-se funcionalmente indispensáveis. O *pelote*, será, portanto, metáfora de Portugal e a chave da alegoria que é o sermão.

7. A tripartição do discurso em *pelote pobre*, *pelote roto* e *pelote alcançado*, constitui a ossatura de toda a prédica. E esta disseminação ou atomização da imagem ao serviço da encenação é plasticização do *perdido* (o Reino encontra-se, como o *pelote*, nos últimos fios de vida), já apontada no exórdio, será recolhida na peroração, para reforçar a visualização profética do *recuperado* (o Reino há-de ressuscitar pela intervenção da Virgem).

Nos cinco parágrafos, por que se alonga a exposição, Fr. Luís intentará — no plano retórico, com abundante soma de topos antitéticos procedentes da dicotomia maniqueísta básica: passado = glorioso/presente = miserável, e associações metonímicas e semetrias frásicas; e, no plano dialéctico, com o recurso exaustivo a provas de autoridade e exemplos históricos, bíblicos e literários —, a denunciar a situação do Reino, atacar os culpados e excitar os brios patrióticos. Vejamos:

7.1. *Pelote velho*, i. é, sem ciso para governar e forças para sentir. Apodando-o de «venerável *pellote*», tratamento duplamente ajustável ao significante e à realidade significada (Reino), declara-o, sem rodeios, «muito velho». E denuncia, como sintomas de velhice, a falta de ciso e a ausência de forças. Ora, raciocina o orador, se está caduco, fundado receio há de que o encontrem inábil para governar e, se velho, mesmo que consiga escapar à força será incapaz de evitar que o «esquartejem, deem aos caens, bestas feras»⁵⁵. Para provar o asserto, acodem-lhe símiles históricos e bíblicos:

⁵⁵ *Ibidem*, p. 433, col. 1.

o do Senado romano, que não admitia, na milícia, velhos de cinquenta anos, nem no seu seio idosos de sessenta; e o de David a quem áulicos e soldados, vendo-o enfraquecido e decrépito, impediram de combater. Assim acontece em Portugal cujos soldados, «mui fracos», não obstam a que lhe cortem «a roupa real». Por isso, argumentam os estrangeiros que, «sem forças, nem valor para se defender», necessita de outrem, a fim de o governar e proteger:

«[...] Ja o acometem, & ferem á sua vontade cobardes: ja ha mister emparo, & socorro de outrem; zombavão delle por velho, os seus desprezados, quando mãcebo»⁵⁶.

Faz claras alusões aos ataques que sofre o império ultramarino — onde as perdas se cifram em vidas, haveres e territórios: da África atlântica ao Brasil, do Índico ao longínquo oriente —, e à tutela castelhana na defesa e governação do Reino. Mas o quadro tornar-se-á mais dramático e a indignação do ofendido despertará, se lhe for pormenorizada a situação real em que se encontra. Eis por que, dirigindo-se ao *pelote*, Fr. Luís apostrofa:

«Zombão de vòs novos, os baixos, os cobardes: estes navegação vossos mares, batem vossas forças, mercãceão em vossos Portos: aquelles possuem vossos castellos, vigião vossas torres, dominão vossos senhorios, governão vossos concelhos. Os outros com suas mercancias, tratos, uzuras, usurpão vossas rendas, esgotão vosso sangue, enfraquecem vossas forças, mascavão vossa nobreza, afeão vossa christãdade, manchão vossa fermosura, procurão extinguir vossa glória»⁵⁷.

Inventariação patética e requisitório concludente para o povo simples que o ouvia, mas sobretudo para o senado da Câmara, o cabido da Colegiada, a nobreza, o clero secular e religioso, os magistrados e oficiais da administração, a burguesia urbana e os representantes dos mesteres locais presentes na praça. A enumeração principia por destacar bem os visados para, em seguida, cada um dos elementos ser retomado, explicado e desenvolvido. Trata-se de um processo característico da estética oratória: o epánodo. Tal recurso permite que, ao retomar-se cada elemento de per si, se proceda a

⁵⁶ *Ibidem*, p. 433, col. 2.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 434, col. 1.

novas enumerações, ganhando a invectiva um mais forte impacto na assembleia. Os substantivos, no caso presente, são substituídos pelos deícticos — *estes, aqueles, outros*. E os verbos acompanhantes — que têm por finalidade explicitar a actividade dos «novos», «baixos», «cobardes», criando uma visão dinâmica cheia de realismo patético —, contribuem para desmascarar os agentes e atrair sobre eles a repulsa dos ouvintes. De notar que, em escassas linhas, surgem catorze verbos diferentes num tríplice agrupamento tendente ao aludido efeito de concretização. Na verdade, podem, sem esforço, identificar-se: nos que *navegam, batem e mercanciam* (ingleses, holandeses e franceses = «os cobardes»); nos que *possuem, vigiam, dominam e governam* (castelhanos = «os baixos»); nos que *usurpam, esgotam, enfraquecem, mascavam, afeiam, mancham e procuram extinguir* (os cristãos-novos = «os novos»). O uso insistente do possessivo *vossos* insinuaria nos ouvintes a consciência de uma situação injusta, de usurpação; e as antíteses entre alguns verbos e substantivos, dominando por completo o terceiro agrupamento, seriam susceptíveis de provocar a sanha anti-semítica. Ocioso se torna sublinhar o patético deste quadro historicamente verídico, mau grado um que outro empolamento. Em cada um dos períodos, verifica-se que a frase vai-se ampliando cada vez mais: de uma frase tripartida passou o orador a uma quatupartida e, por fim, a uma de sete partes. Esta, porém, é antecedida por outra enumeração no que havia de mais acintoso para os naturais que directamente suportavam a exploração e concorrência provocadas por aquelas «mercancias, trato e usuras».

E o parágrafo termina por uma violenta apóstrofe ao *pelote*:

«Vedes isto! Se o não sentis, estais caduco: se o não sabeis remediar sois tonto»⁵⁸.

Frase bipartida, esta última, onde ressalta uma dupla simetria — sintáctica e semântica —, respectivamente na equivalência frásica e na identidade dos sentidos, que espicaçaria, à *outrance*, o brio patriótico. Tom provocatório, ainda mais vivo pela ironia emprestada, se verificará no remate final, em que exclama:

«Não he muito se diga estais incapaz de governo, & vos não admittão os Romanos a seu senado, vê a sua milicia»⁵⁹.

⁵⁸ *Ibidem.*

⁵⁹ *Ibidem.*

Vê-se assim que, o que antes fora mero exemplo (o testemunho de Séneca segundo o qual os Romanos não admitiam no senado os velhos de 60 anos e no exército os de 50), passa a ser agora usado como símbolo: referência-disfarce ao senhores que dominavam Portugal e denúncia engenhosamente feita às restrições impostas por Castela à participação dos portugueses nos assuntos do Reino.

7.2. *Pelote velho e desonrado*. Retomando o exemplo precedente, relativo ao comportamento dos Romanos, sublinha que neles a velhice coexistia com a prudência e a paciência. Razão por que ficaram senhores do mundo, após vencerem todos os povos, i. é, os astutos gregos, os ferozes espanhóis, os agigantados teutónicos, os franceses numerosos. Ora é próprio da velhice, frisa Fr. Luís, a paciência, o conselho e a boa resolução — factores que tornam os velhos merecedores de respeito. Mas enquanto assim discorre, uma dupla ambiguidade se inquina na antítese velho/moço:

«Tem paciência o velho no desacato, & agravo recebido porque he velho; a ser mancebo, nem o descortes se atreverá, nem o velho, então valente, o deixara irse rindo»⁶⁰.

E, recorrendo a um comentário de S. Ambrósio, feito a uma passagem de S. Paulo, adianta:

«Derão os Neotericos⁶¹ em soberbos, desprezarão os velhos, por quererem elles parecer alguma cousa: & por quererem elles só apparecer, esconderão a luz dos velhos. Assi q̄ passa, por isso, Pellote, sois tido por velho tonto, porq̄ querẽ parecer cezudos os mancebos deste tempo»⁶².

É nítido, julgamos, o remoque severo à nova geração de portugueses pela forma como se comportava, perante a agressão dos inimigos externos e internos, e a arrogância que patenteava face à velha política caldeada na experiência. Entre os visados, no primeiro caso, denuncia expressamente os castelhanos sem que o contexto disfarce a intencionalidade do subterfúgio. No segundo, põe em causa a provocação dos cristãos-novos que con-

⁶⁰ *Ibidem*.

⁶¹ O texto de S. Ambrósio é extraído do «Comentário» à 1.^a Epístola de S. Paulo a Timóteo. Na tradução algo livre que Fr. Luís faz da passagem citada, verte o vocábulo latino *doctorum* por *neotéricos*.

⁶² «Retrato», p. 434, col. 2.

tam, de antemão, com a indiferença e fraqueza dos cristãos-velhos. Por último, procura atingir, com evidente azedume, o oportunismo político da classe dos letrados ligada à governação. E remata, afirmando que, quem a isto não se adapta, por tonto será tomado.

De novo, porém, volta com evidente preocupação documental, no que respeita à clivagem da situação em análise, ao emprego da antítese-refrão *passado/presente*:

«Quando vos ereis cezudo, fazião os vossos Portugueses tais obras, tão soberbos, & tão sumptuosos edificios: acometião, & emprendião navegações tão arriscadas, & nũqua imaginadas doutra nação, que não tinham os emulos de vossas glorias outra capa, com que desculpar, ou sua cobardia, ou sua inscipiência, se não com se reputarem por cezudos, & a vós por louco. Navegação de loucos, obras de loucos; agora são as vossas batalhas muyto cezudas, porque vòs estais muyto tontos: não fazeis valentia que pareça doudice (que o valente nunca espera acordos da prudencia; mas se leva dos impetos da temeridade). Sois muyto cezudo no obrar, & sois muito velho, & tonto no vestir; Vestis como velho tonto, obrais como mancebo muyto prudente. Mais folgara com o contrario»⁶³.

O *presente/passado*, encoberto pela linguagem mancebos/velhos, e adjetivado por «tonto» e «cezudo», é duplamente conotado pela forma antitética. Quando tido como louco, o *pelote* (= portugueses) creditava-se por grandes façanhas. Conotação, por isso, valorativa no significante «louco» (= imprudente), saída só da boca dos que se mostravam incapazes de realizarem tais obras. E a enumeração, de cunho patriótico, cliva a valoração. Por outro lado, conotação pejorativa no significante «cezudos» (= prudentes), por não se coadunar com tal tipo de actuação. Como se dissesse: *dantes* era Portugal enobrecido por ser uma nação de *loucos* (= visionários); *agora* não passa de medíocre povo por serem inglórias as empresas a que se vota, próprias de gente muito «cezuda» (= prudente) e «tonta», pois não faz valentia que se assemelhe a doudice (= louca temeridade). Logo: o trocadilho semântico, através de conotações diversas da mesma palavra, é provocação estimulante do patriotismo amolecido, quando o autor recorre a tais polissemias

⁶³ *Ibidem*.

e ambivalências. E a crítica acaba por se instalar no campo moralista ao zurzir o modo de trajar do português responsável que se revela muito imaturo no obrar e leviano no vestir. A contradição era flagrante: nação velha = comportamento moço. Preocupada em imitar a cizudez dos velhos, não se dá conta que no vestir se desacreditava. É oportuna esta referência e serve os intuitos do pregador, como patriota e homem da Igreja, embora ela nem seja nova nem original. As pragmáticas régias aí estão para prová-lo e as admoestações dos eclesiásticos quanto a morigeração dos costumes tocavam com frequência o vestuário⁶⁴. O estado actual do «pelote roto e pobre» sugeria-lhe, por conseguinte, a alusão e o aproveitamento, intentados de maneira incisiva neste apostrofar directo ao «pelote — ouvinte»:

«Olhay para vós, & olhay para os vossos, envergonharvoseis de vos verdes ja que elles se não envergonhão de vos verem a vós pòbre, roto, esfarrapado. Não tereis vòs confiança para aparecer hoje na corte entre os vossos todos vestidos ao costume; porque certo he sereis desestimado ao antigo, quando se uzão damascos leves, veludos brandos, rabis custozos, tellas ricas, trages estranhos. Quereis vòs ser estimados, sendo, se não sayo pellote velho, & roto?»⁶⁵.

Repare-se na linguagem fortemente apelativa. Os vocativos e imperativos verbais utilizados convidam não só à observação e reflexão pessoais como também provocam sentimentos de descontentamento individual e colectivo. Para uma visão concreta da conduta seguida e sua mudança, muito concorre o contraste entre o *ontem* e o *hoje* patente na enumeração feita a propósito do vestir: «damascos leves», etc. Isso denota, segundo o pregador, uma falta de virtude — palavra tomada no sentido latino de «valor». Não é a indumentária que conta. Se assim fosse, o *pelote*, por roto, sentiria de si vergonha. Pouco importava, de facto, o vestido se, por baixo dele, houvesse valentia. Para ilustrá-lo, aduz um leque de exemplos, tripartido, oriundo da literatura clássica, da Bíblia e da etnografia. É curioso, quanto ao último, ver invocado o caso dos peruanos, para quem o vestido roto nada repre-

⁶⁴ Alguns pregadores coevos verberaram com severidade os excessos no vestir, na mesma linha que o fez Fr. Luís. Vide: LUÍS DE LEMOS, *Sermam* [...] na festa do Glorioso S. António [...], Lisboa, 1637, ff. 5v-6; TOMÁS ARANHA, *Sermão* [...] na festa do glorioso martyr S. Iorge [...], Lisboa, 1638, f. 10; MANUEL DE ESCOBAR, *Sermão* [...] de S. Thome [...], Lisboa, 1638, fl. 18.

⁶⁵ «Retrato», p. 434, col. 2.

senta, mas sim a coragem que o futuro chefe, recoberto de andrajos, deve demonstrar possuir antes de ser reconhecido por legítimo herdeiro do reino. Com a citação bíblica, relembra que ao primeiro homem revestiu-o Deus de peles, peles singelas, para o resguardarem da nudez e do frio, duas das maiores necessidades do homem⁶⁶. Insiste, pois, que não há maior honra que um «singelo samarrão sobre hũ peito valente». Na verdade, «não he mais honra para hũ valente este trage, que o gibão de ilhós, o colete de pannos, a sarja de malha, o peito de prova, a coura danea, & por fora cobrindo tudo isso com hũa roupilha de tafetá, ou sinjello ou dobrado»⁶⁷. E remata: «Este he o cizo, esta a honra, esta he a gentileza»⁶⁸. Se assim fala, adverte, não é por não estimar a gentileza do corpo que, sendo «graça natural», se deve pregar. O que reprova, é fazer-se alguém gentil-homem «a poder de artificios, de galas, de vestidos, de cores coriosas, & custosas»⁶⁹. O assunto é propício a considerações moralizantes e de tão imediato alcance, que Fr. Luís se não detém em passageiros alvitres. Por isso, avança recomendações mais explícitas e intencionais:

«Seja natural a gentileza, não composta: simples, mais ao desdem, que ao estudado: os vestidos sejam ao lizo, mas de forte, que sem faltar a necessidade, não se chegem [sic] para o corioso. Assi pareçereis a todos sem escandalo de alguém; levareis os olhos de todos, muito mais com a composição honesta que com a affectação coriosa»⁷⁰.

A porventura instintiva relutância da parte atingida do auditório, que pressente e quer abalar, leva-o mesmo a prosseguir nesta linha de reflexões — a valorização da conduta virtuosa:

«Bem vejo não aveis de estar muytos por estas regras, levados, quando menos, de que as mangas se honrão mais, do que as barbas [...]. E como assi acontece estimarse mais a riqueza, ninguem trata de affeyçoar com as partes virtuosas; todos querẽ obrigar com os adornos da riqueza.

⁶⁶ *Ibidem*, pp. 434-435.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 435, col. 1.

⁶⁸ *Ibidem*.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 435, col. 2.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 435.

O corpo ayrozo, o rosto bem assombrado, a compostura, & proporção dos membros, dotes naturais são de muyta estima: a modestia, a honestidade, a cortezia, a temperança, a fortaleza, & liberalidade, virtudes são, que mais adornão hum infanção nobre, hum fidalgo illustre. Sabeis porque se fundão os gentis homens mais nos transelins de joyas, nos camaféos de peças, na cadea bem lançada, no anel precioso, na roupilha bem apertada, nas mangas perdidas, nas meias coloradas, nos cabelos a pezar de ferro, logo encrespados, & noutras semelhantes loucuras? Porque não tem nenhũa das outras partes; pareçense nisto com o criado de Apelles, a quem deixou copiar hum retrato bellissimo da perfeyta Helena»⁷¹.

Este exemplo clássico, que o engenho barroco de Fr. Luís da Natividade irá acomodar tão adequadamente quanto o fizera com os dois anteriores, servir-lhe-á para mostrar quão mais fácil é aceder à riqueza que imitar a formosura. Por isso, adverte que se pode ir ricamente vestido sem que tal implique «ir-se» gentil-homem. É este, no fundo, o tema do «Fidalgo Aprendiz» de D. Francisco Manuel de Melo. Mas esta nobreza que ao tempo se vestia luxuosamente, iludindo com a importância concedida ao vestuário a falta de virtude — o criado de Apeles, não podendo pintar Helena formosa, pintou-a rica —, permite-lhe alargar a sua pertinente crítica social. Com efeito, toda esta ostentação da classe responsável pela continuidade do prestígio da pátria no plano da competência político-militar e da honradez e honestidade, é lamentavelmente obtida à custa do alheio. O alvo é a nobreza que vive acima dos recursos próprios. De novo, o recurso ao texto acomodado será empregue como se fosse premissa teórica de uma extensa enumeração comprobatória da situação concreta que se intenta escalpelizar. No caso presente, o pregador — mestre em *Escritura* — escolhe não o episódio bíblico em si, mas o comentário moralista de S. Ambrósio à fuga de José que se escapuliu «em corpo» dos aposentos da mulher de Putifar enquanto ela lhe ficava com a capa nas mãos. Os referentes, a que recorre o orador, são os mesmos do comentarista: José desnudo e a «fermosa incontinente

⁷¹ *Ibidem*, p. 435, col. 2. O episódio referente a Apeles foi colhido, como a nota à margem regista, no livro 2.º, e. 12, do *Pedagogo*, uma obra da patrística grega escrita por Clemente de Alexandria (150?-211/216?).

com a capa». Daí que, retomando o tom abjurgatório utilizado por S. Ambrósio com todo esse «quis turpior» — «Qual mais desayroso, & mais feyo, Joseph em corpo, ou a fermosa incontinente com a capa? Ella com a capa alhea, ou o mancebo sem a sua?»⁷² —, Fr. Luís prossiga, embora com outro metatexto em vista:

«*Quis turpior?* Pergunto Senhores; qual he mais para ver, o virtuoso pobre, ou o onzeneyro rico? O vestido do pobre, humilde, & roto, mas seu, ou o bizarro, & alheo? *Quis turpior?* A baeta ordinaria, limpa paga logo na mão ao mercador, & o feitio ao alfayate: ou o damasco avelutado, q̃ se cõ elle .dais hũa pavonada na praça, está dizendo o mercador: ah ladrão que mo roubaste? *Quis turpior?* As botas, & borseguins de cordovão de duta, feytas das pelles das vossas rezes, ou as meias Toledanas da logea a seu dono por força com ameaças? Qual era melhor: este Pellote cobertura desdo pescoço até ao joelho, abayxo do qual andavão soo as grevas de asso duro, & fino, & com ellas vinha o nosso virtuoso Rey, trinta, ou mais legoas, lá desde Valdelamula carregado de tropheos & despojos, a pé em Romaria a este Santo Padrão, & e a esta Senhora da Oliveyra, ou hoje estas meias de seda, estes sapatinhos delicados, de calcanhar de taco, mais acõmodados para cair para tras, que para dar passo adiante? *Quis turpior. Senhores?*»⁷³.

Mantendo a feição coloquial, fática, no monólogo-diálogo estabelecido com o auditório através do pretexto *pelote*, consegue o pregador polvilhar o discurso de um certo pitoresco e de uma cor local assente no fabrico dos tecidos grosseiros — «baeta ordinaria» — e do calçado de couro — «botas, & borzeguins [...] feytas das pelles das vossas rezes». Patente vemos também a denúncia do endividamento, por obra da ostentação no vestir, que arrasta os poderosos a extorsões violentas sobre mercadores indefesos. Males que vinham de trás, sem dúvida, e se encontrarão depois enfiados no mesmo

⁷² «Retrato», p. 436, col. 1. A citação de S. Ambrósio, como se assinala à margem, extraiu-a de uma das suas cartas, a 30 (?), dirigida a Sabino, bispo de Placência: *Ad Sabinum Epistola*.

⁷³ «Retrato», p. 436, col. 1.

rosário de críticas e lamentações da célebre «Arte de Furtar»⁷⁴. Este procedimento assusta-o e, por isso, verbera-o de forma a provocar repulsa. E alerta os ouvintes em ordem à necessidade de se arrepiar caminho, porque aquele que se trilhava — di-lo com algum humor ao referir-se aos «sapatinhos delicados de calcanhar de taco» — é mais para cair para trás, que para dar passo adiante. O futuro do Reino preocupava-o tanto mais que sentia não se confinar este proceder só à sua região. Antes sim doença que o tomava inteiro. Consequentemente, inflecte o discurso, a fim de se dirigir de novo ao *pelote* — símbolo de Portugal. Fá-lo, todavia, adjectivando de santo o vocativo *pelote*. Assim, se «Santo Pellote» é expressão de ternura e saudade, é também apelo a um despojamento maior — despojamento que se quadra com o ascetismo cristão, e na conjuntura se deseja, pois apenas pela pobreza se readquirirá a virtude que salvará a pátria. No entanto, esse regresso à honra passada só se conseguirá através de um esforço colectivo e patriótico, obviamente incompatível com as ambições mesquinhas — ambições egoístas que medravam à sombra de um império cuja exploração parecia não ter contribuído para fomentar o respeito por Portugal e a felicidade dos portugueses. Poder-se-á ver nisto a sedução por uma espécie de *aurea mediocritas*?⁷⁵. Certo, é afirmar que a estima pela honra deve-se sobrepôr à cobiçosa riqueza. E sublinhando-a sem rodeios na oposição *passado-presente*, agora relacionada com um antes e depois da expansão ultramarina:

«Por isso Santo Pellote se vos vejo roto & pobre, ainda eu vos tomára ver, quando mais pobre; pobre estais. Ia vòs o

⁷⁴ Obra panfletária, justamente célebre, aparecida já no tempo da Restauração, cuja autoria se ignora ao certo, mas que talvez se possa atribuir ao jesuíta Manuel da Costa. Conhecedor profundo do ambiente descrito, quem a redigiu, fundamentalmente a partir de um conhecimento directo da realidade, conta vários casos observados ou passados consigo em diversos locais desde 1625. A atmosfera social por si exaustivamente descrita é análoga à esboçada por Fr. Luís. E sobre ela muito vivamente se devia praticar nos meios fradescos coevos. Vide a propósito e sobre a «Arte de Furtar»: J. PEREIRA GOMES, «O autor da 'Arte de Furtar', in *Brotéria*, vol. LXXV, n.º 4 (Lisboa, Outubro, 1962), pp. 320-324; «Manuel da Costa autor da 'Arte de Furtar', in *Colóquio*, n.º 34 (Lisboa, Junho, 1965), pp. 42-45; ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA e ÓSCAR LOPES, *História da Literatura Portuguesa* (Porto, 1978, 10.ª ed.), pp. 592-597; BERNARD EMERY, «Littérature morale et politique dans la 'Arte de Furtar'», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XIV (Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979), pp. 225-251.

⁷⁵ A aproximação sugerida só é válida no que possa ter de coincidente com essoutra «mediania dourada» idilizada por Horácio e tão apologeticamente glosada por Sá de Miranda. Cf. A. J. SARAIVA e O. LOPES, *op. cit.*, pp. 270-271.

fostes mais & ereis então mais hōrado, porque não he hōrado quē tē muyto, mas quē, merecēdo muyto se contēta cō pouco. Quādo os vossos vassalos mais Reynos vos cōquistavão, erão elles mais honrados, porq̄ cobiçavão pouco. Hoje he a cobiça muyta, a honra pouca. Então trabalhavão por se hōrarem a si, & vos enriquecerem a vòs; hoje enriquecessem a si, afrontandovos a vòs. Pobre ereis, mas estimado, & honrado; porque senão tinheis ainda Minas, Guinés, Indias, senão ereis Senhor de comercios, navegações, dá quem, & da lem mar, da Ethiopia, & Persias; ereis com tudo tão rico, que tudo vos sobejava: não avieis mister o alheio & sobejavavos muito do vosso»⁷⁶.

É notória aqui a contraposição das duas fases da empresa das decobertas: a da conquista e a da exploração económica. À primeira, está ligado o heroísmo guerreiro que enobrece: a honra do herói, que a mentalidade clássica só vê possível alcançar no campo de batalha. Já a busca do lucro, o afã capitalístico do amontoar, subverte a honra. A fase norte-africana parece-lhe, pois, ser a única condizente com o heroísmo, a dignidade e o interesse pátrio. O contacto com as riquezas e as vias abertas pela mercancia fomentam a cobiça e afrontam a pátria. Daí a sua velada condenação de um caminho imperialista, cavado na exploração comercial, por coincidente com a desonestidade. A suspeição moralístico-fradesca sobre a actividade mercantil é palpável e influencia nitidamente o juízo sobre o rumo tomado pela empresa colonial, terminada a fase das conquistas. A visão do reino, o testemunho dos regressados e a leitura da crónica asiática de Castanheda a Diogo do Couto fornecer-lhe-iam argumentos de sobejo para reforçar semelhante mentalidade⁷⁷. A pátria de heróis e santos — julgava, por certo, convictamente —, forjara-se na frugalidade do viver e na bravura das batalhas que a causa da fé legitimava. As trapaças e extorsões das mercancias,

⁷⁶ «Retrato», p. 436. Dir-se-ia que neste passo polémico e crítico de Fr. Luís — condenação formal da cobiça do ouro que destrói os homens e empobrece o reino — há vislumbres do amargo desencanto e severa recriminação que percorrem a farsa vicentina à exploração do ultramar e a sátira camoneana às desgraças da Índia, ou mesmo do conservadorismo e pessimismo da arenga do «velho do Restelo».

⁷⁷ Referimo-nos aqui a: FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA, *Historia do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, 8 livros (Coimbra, 1551/1561, 1.^a ed.); DIOGO DO COUTO, *Décadas da Ásia*, IV a VII (Lisboa, 1602/1616, 1.^a ed.). Obras que, entre outras, eventualmente Fr. Luís teria lido, para além de se poder aproveitar de informações obtidas por via oral e epistolar, em particular, eclesiástica.

fomentadoras de cobiças, tinham acabado por arrastar no vórtice o nobre-guerreiro, reduzido, em grande escala, a cavaleiro-mercador⁷⁸. Peremptório, pois, o seu afirmar que a honra é incompatível com a riqueza, apoiado no livro bíblico dos *Provérbios*: «Melhor he ser pobre tendo o que basta, que glorioso sem pan»⁷⁹. Este pensar «passadista», porém, tinha outras raízes concretas a que se arreigar: o espectáculo de uma nobreza ociosa, endividada, perdulária, fútil e empobrecida, em contraste com o povo laborioso, sóbrio e honrado que, por só aspirar ao necessário, vivia farto e digno. No seu processo de interpelação à assembleia que o escuta, a linguagem apelativa é meio apropriado à reflexão e tomada de consciência de um estado de que urge sair. O *pelote* é, na emergência, a nação inteira, mas o alvo visado nesta interpelação patética é a nobreza decadente que sobrevive iludida com os seus europeís de miséria:

«Vistes ja em caza de Senhores caterva de pagens, acrescentados, escudeiros, vestidos de ricas librés, feitos pavões na roda, cores, & presunção? Por dentro, nem ha gibão, nem siloura, nem camiza, nem com que matar a fome: vistes passear ufano o fantastico escudeiro, desprezo da mayor grandeza, indo para casa achar limitada broa, nada com ella? Isto he, *gloriosus indigens pane*. E vistes o rustico lavrador, com capote de burel, calçado de pao, ter a casa farta, & chea, para si, & sua familia? Ao mecanico official, que não entra em o Senado, entrar contudo na praça a buscar pexe, no açougue a comprar carne? Isto he, *pauper sufficiens sibi*. Pois qual he melhor, senhores, aquellas libres, aquellas bizzarras, aquellas rodas, & pavonadas mortas de fome, ou estoutras humildades sufficientemente abastadas? *Melior est pauper sufficiens, quem gloriosus indigens pane*. Melhor estou com o mecanico humilde, farto, & cheo, que com o fidalgo aereo, só, farto de passear, & faminto

⁷⁸ Vide: VITORINO MAGALHÃES GODINHO, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* (Lisboa, 1975, 2.^a ed.), pp. 90-92, 103; «Os Descobrimentos: inovação e mudança nos sécs. XV e XVI», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 2 (Lisboa, Julho-Dezembro de 1978), pp. 17-19. A título também de exemplo e no período correspondente à dominação filipina e a Angola: JOÃO MARINHO DOS SANTOS, «Angola na Governação dos Filipes. Uma perspectiva de história económica e social», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 3 (Lisboa, Janeiro-Junho de 1979), pp. 68-69.

⁷⁹ *Provérbios*, XII, 9. Cf. «Retrato», p. 436, col. 2.

de comer. Pellote meu, melhor estaveis quando mais pobre, porque estaveis mais cheo; hoje estais mais glorioso, porem mais morto de fome. Antes vos quizera ver com esse Pellote pobre, farto, que com vossos grandes, & muitos titulos, sem pão para comer. Que aos Reys o vestido rico aproveitalthes so a elles mas o pam he o que releva aos seus»⁸⁰.

7.3. *Pelote pobre*. Este quadro de miséria doirada que uma larga faixa da pequena nobreza então patenteava, vivendo acima dos seus recursos por amor da ostentação — oco reverso da fome — que leva até a do necessário largar mão, continuava, pelos vistos, tão verdadeiro como nos tempos vicentinos e clenardianos⁸¹. Porém, o paralelo feito com a situação do lavrador e artesão remediados é pretexto para forçar a comparação entre a nação de «economia agrária» — remediada e farta, em seu parecer —, e a nascida da economia mercantil, que levava o país a resvalar na dissipação, aviltamento e miséria⁸². De facto, para além de *roto* o pelote estava *pobre*, mau grado o vasto império. De uma auto-suficiência económica, que teria dado até para exportar excedentes, a nação passara a viver à custa do alheio. E isso por obra da cobiça que o surto expansionista despertara e a falta de rei natural agravara, como insinua na ostensiva omissão desta causa. Certo, terem-se alargado os limites territoriais para a actividade laboriosa dos portugueses, haverem-se criado fontes enormes de riqueza, sulcarem-se os mares em desviadas direcções; o resultado de tudo era, porém, decepcionante:

«Quando vòs, Pellote pobre, vivieys rico, farto, & cheo ereis; tinheis, não só para vòs, mas muito para dar aos outros; cõ o vosso vos contentaveis, sò com essa lança ganhando

⁸⁰ *Ibidem*. As citações latinas são do livro dos *Provérbios*. De notar que esta referência ao lavrador e oficial mecânico poderia corresponder a uma situação local específica.

⁸¹ Recorde-se que a crítica ao escudeiro pobre e farfalhão é tema muito repetido nos autos vicentinos. Quanto a Clenardo, atente-se na carta a Látomo de 26.3.1535, in MANUEL GONÇALVES CEREJEIRA, *O Renascimento em Portugal*, I. *Clenardo e a sociedade portuguesa* (Coimbra, 1974, 4.^a ed.), em particular pp. 260-261.

⁸² A denominação de economia agrária e economia mercantil, em relação com o Portugal de antes e depois dos descobrimentos, é aqui empregue num intuito não exclusivista, mas funcional, a fim de se compreender o alcance da crítica de Fr. Luís. Evidentemente que nos limitamos a apontar os juízos sem dúvida premeditados do frade sobre as consequências das conquistas ultramarinas em que o exagero ressalta, se vistos à luz da mais autorizada e recente historiografia acerca dessa problemática.

em os campos da Lusitania aos vizinhos; na Africa aos Mouros mais remotos: fazieis largas merces, magnificos edificios, mosteiros sumptuosissimos, templos soberbissimos, hospitais innumeraveis: fundaveis Cidades, muraveis Villas, daveis agoas correntes, & vertentes, como o dotou vosso Rey primeiro, nacido na pobreza, & estreyteza desta Villa: nem tivestes Rey antes, ou depois de vossas conquistas riquissimas, que não emprestasse grande copia de dinheiro aos outros Principes, ou em outras cousas se mostrassem delle mui abundantes, & em o gastar liberalissimos. Hoje sois mui glorioso, estendeis vosso império, em hum, & outro mundo; vão vossas vellas dando volta a elle todo: mas eu vejo vossas alfandegas despejadas, & vazias, vossos almazens sem nada, vossos Portos sem naos, as cazas de vossas contrataçoens trancadas, as logeas de vossas mercadorias sem donos, vossos soldados sem pagas, vossas fronteiras sem muniçoens, & em fim vos deitão em rosto ã vos acodem as outras coroas com socorro, & vos não socorreis a vòs mesmo. Dizem, já não ha em vòs com que pagar aos vossos; viveis de esmolas alheas, quando dantes não aceitaveis seus serviços, & a todos fazieis merces. Melhor vos fora se ainda foreis pobre farto, *pauper sufficiens sibi* do que vos vai sendo muito glorioso, & morrendo os vossos de fome»⁸³.

Na oposição *ontem/hoje*, que vemos robustecer-se como espinha dorsal do sermão, é cada vez mais acentuado um saudosismo polémico. O passado é erguido à dimensão de época de oiro; e percebe-se que o período em

⁸³ «Retrato», p. 437, col. 1. À margem, o pregador cita, como fonte histórica, *Maris, Dialog. 2, cap. 10*. A obra do coimbrão PEDRO MARIZ (1568-16??), com duas edições quase imediatas (1594 e 1597) em vida do autor, intitula-se: *Dialogos de varia historia. Em que summariamente se referem muytas cousas antigas de Hespanha; e todas as mais notaveis que em Portugal acontecerão em suas gloriosas Conquistas*. Editada por seu pai António de Mariz, impressor em Coimbra, compõe-se a obra de cinco diálogos. Texto ameno, espécie de epítome, por reinados, de uma história pátria que pára com a morte do Cardeal D. Henrique, revela cultura e informação sem que se situe dentro de uma historiografia erudita. Cf. JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *A Historiografia Portuguesa*, vol. I (Lisboa, 1972), pp. 326-330. Pode acrescentar-se que os *Diálogos* foram bastante lidos e utilizados como fonte histórica pelos pregadores seiscentistas, para além de Fr. Luís da Natividade e do P. António Vieira.

mente vai da fundação do reino ao apogeu da expansão, como se infere das realizações materiais evocadas. Desde o fomento interno, que contemplou povoamentos e núcleos urbanos, até à protecção militar das populações; desde a subvenção régia a uma arquitectura civil e eclesiástica à difusão da assistência hospitalar; desde um aparelho monetário desafogado até à posição privilegiada de uma monarquia credora de outras — tudo se rememora para acentuar o contraste com o Portugal presente: o unido a Castela. Apesar de possuir um vasto império e armadas que se estendem a «hum, & outro mundo», a situação é económica e financeiramente desoladora, a ponto de se viver da ajuda estranha. Do ponto de vista linguístico, o recurso a uma larga enumeração concretizadora dos males é estruturado na base de um substantivo, acompanhado de um qualificativo, e sempre sem verbo. A realidade histórica presente, descrita em termos de imobilismo e marasmo, é assim vista como algo de estático e frustrante em confronto com a evocação do passado em que as formas verbais comunicam sadio dinamismo: «fazieis largas merces», «muraveis villas», etc. O panorama traçado era, convenhamos, preconcebidamente exagerado⁸⁴. Mas a finalidade polémica do sermão — destinado instrumentalmente a mobilizar o patriotismo dos ouvintes em ordem a uma actuação condizente —, justificava semelhante procedimento. O pregador retoma desta forma a ideia do primeiro parágrafo do texto, agora, porém, nitidamente interessado em conquistar-lhes a adesão que vai forçando pelos vocativos afectuosos: «pellote meu», «pellote pobre».

7.4. *Pelote alanceado*. A presença, em plena praça, do «pelote velho e roto» atravessado pela lança — parte integrante do cenário montado para o préstito sacro —, é elemento sugestivo capaz de propiciar a uma imaginação barroca outra gama de considerandos⁸⁵. Com isso, a unidade temática do sermão adquire uma maior riqueza de cambiantes e o discurso outras formas de convencimento do auditório. O pregador aperta ainda mais a sua teia envolvente, alimentando o *docere* e *movere*. A inteligência e a vontade, e,

⁸⁴ Acentuamos o «preconcebidamente» já que a generalização retórica do pregador não se adequava em pleno à realidade histórica. Embora época de crises, como se sabe, a década de 30 deve ser encarada com objectividade, para se avaliar em justa medida o que foi, ao tempo, o declínio da nação e seu império. Para tal fim muito têm contribuído, entre outros, os conhecidos trabalhos de FREDERIC MAURO e V. MAGALHÃES GODINHO.

⁸⁵ Tenha-se em atenção que Fr. Luís, a acompanhar o título do seu sermão, menciona o antigo costume segundo o qual o pelote de D. João I «atravessado em a própria lança do mesmo Rey, se poem à vista do povo na Villa de Guimarães [...]». Vide nota 4.

de permeio, os sentimentos são dinamizados em ordem à acção. A intenção do que, no fundo, se pretende, é mais do que subreptícia, como se poderá ver no prosseguimento da análise do texto.

A lança que atravessa o pelote é a lança de D. João I. Por ela o rei de boa memória grangeou toda a honra pela guerra e a piedade cristã pela paz, se bem que em um e outro caso «com summa prudencia»⁸⁶. Ora é precisamente por causa dessa lança que Fr. Luís se sente receoso. Torna-se-lhe, no entanto, funcional para a sequência do seu propósito, recordar a justeza do título de rei de boa memória, «em dia do seu nascimento natural, & eterno»⁸⁷. A comprová-lo, principia a enumeração pelos actos cometidos durante o seu reinado em favor da real Colegiada da Oliveira, tais como: reforçar a autoridade do Cabido e aumentar «as grossas rendas de seus prebendados, os nobres foros, amplos privilegios», a ponto de torná-la capaz de rivalizar com as mais ilustres catedrais. Passa depois a referir-se à construção do Mosteiro da Batalha e à elevação a metropolitana da Sé de Lisboa. Alude às medidas tomadas no sentido da substituição da era de César pela era cristã, à moralização da corte, à indulgência para com os inimigos. Realça a actividade militar desenvolvida contra «todo o poder castelhano, & toda a força Maometana, rendendo a seu valor, & dominio a famosa Ceyta metropoli populosa, opulentissima, forte, & maior competidora de Espanha do que foi Carthago de Itália»⁸⁸. Igual elogio lhe merece a prudente governação concretizada nas decisões rápidas que tomou em relação ao Reino, «achamdo o nas miserias, em que as ignorancias del Rey Dom Fernando o poserão»⁸⁹. Tudo isto concorreu, no seu entender, para que o «glorioso pellote», i. é, Portugal, atingisse «a gloria mayor temporal, que imaginar se pode»⁹⁰. O evidente e intencional exagero deste juízo servirá para acentuar o contraste com a visão presente do reino consumada preci-

⁸⁶ Cf. «Retrato», p. 437, col. 1.

⁸⁷ *Ibidem*.

⁸⁸ *Ibidem*. Como fontes históricas dos factos evocados cita à margem: P. Fr. Luis de Sousa, *Chronica de S. Domingos e Maris, Dialg. 4, cap. 3*. No que respeita a FR. LUÍS SOUSA, trata-se da *Primeira Parte da Historia de S. Domingos, particular do Reyno e conquistas de Portugal*, editada em Lisboa, por Giraldo de Vinha, no ano de 1623; única publicada em vida do autor.

⁸⁹ «Retrato», p. 437, col. 2.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 438, col .1.

samente pela própria lança que o exaltara — lança antes identificada com generosidade e valor militar, prudência administrativa e piedade cristã.

Assim temos nova invectiva ao *pelote*:

«Essa lança foy quem vos levãtou: agora vos vejo atravessado com ella; & assi he, que nunca vossa gloria acabara, se vossas proprias lanças se não voltarão contra vós: ellas vos tirão a gloria, ellas vos vão tirando o sangue, ellas receyo vos hão de acabar a vida, & não sey se diga condenar a alma»⁹¹.

Acorre-lhe então o símile bíblico de Saul atravessado pela própria lança que espetara no corpo já sem forças para com ela se trespassar⁹². E, de imediato, acomoda-o à pátria:

«Pareceme que assi esta Portugal; nẽ morre, nem vive. Não vive porque atravessado se ve, não de hũa, mas de muytas lanças: Não morre, porque o não acabão de trespassar de todo»⁹³.

A antítese verbal, «não vive»/«não morre», evidencia o jogo semântico centrado na palavra «lança»: a lança que deu vida gloriosa ao Reino transmutou-se em muitas que nem o deixam viver nem morrer. A visão do rei israelita, a agonizar trespassado pela lança, continua, porém, a ser explorada na acomodação ao caso português. Mas, para maior enriquecimento do referido cotejo, recorre à citação da «glosa interlinear»⁹⁴, que aponta à lança a função de arrimo, alargando-lhe assim o sentido polissémico pelo processo conotativo:

«Estava o triste Rey [Saul] cançado, desfalecido, espirando: sustentavase na lança. Peor está Portugal: cançado, ferido,

⁹¹ *Ibidem*.

⁹² Cf. 2 Reg. I.

⁹³ «Retrato», p. 438, col. 1.

⁹⁴ Em exegese, entende-se por glosa a palavra ou frase sobreposta no decurso dos tempos ao texto do hagiógrafo com o fim de tentar explicá-lo e actualizá-lo. A Idade Média conheceu a *Glossa Ordinaria* e a *Glossa Interlinearis*, esta atribuída a Anselmo de Laon († 1117) e que consistia numa explicação das palavras consideradas obscuras introduzidas entre as linhas do texto bíblico.

& esgotado do sangue o vemos, mas não vemos hũa lança a que se encoste, nem sobre que descance»⁹⁵.

Note-se o paralelismo frásico. O imperfeito com valor durativo, «estava» é empregue de forma a provocar a evocação do passado. O presente «está» é uma chamada à realidade coeva que lhe abre caminho para nova enumeração do «retrato de Portugal castelhano» e denúncia frontal de factores responsáveis pela situação:

«[...] & tirandose de Portugal levas de lanças para outras partes, para elle buscão lanças emprestadas; a razão he, porque quando o sangue inimigo corria por nossas lanças o sangue da vida, quero dizer, os juros, tenças, comendas, praças, officios da justiça, & da fazenda, as honras, avia valor nos braços para sustentar as lanças. Agora que este sangue corre mais para as pernas, ficão enfraquecidos os braços»⁹⁶.

A acusação aqui feita era exacta. Na verdade, havia em Portugal levantamentos de soldados para combaterem na Flandres a soldo castelhano⁹⁷. Em contrapartida recrutavam-se mercenários para acorrerem à defesa do império onde os ataques eram mais demolidores⁹⁸. E vulgares se tornavam as queixas ante a falta de mercês régias e a forma como o conselho da fazenda de Portugal agia na concessão de cargos, onerando-os com anatas e meias anatas. Acrescente-se o escoamento por múltiplos canais, que a corrupção pública instalara na máquina administrativa, dos impostos entrados no cofre do estado⁹⁹. A política opressora e centralista de Olivares só

⁹⁵ Cf. AUGUSTINUS MERCK, *Introductionis in S. Scripturae Libros Compendium* t. I (Paris, 1940), p. 279. «Retrato», p. 438, col. 1.

⁹⁶ *Ibidem*. Note-se o alargamento conotativo de «sangue».

⁹⁷ JOÃO PINTO RIBEIRO, *Discurso sobre os Fidalgos, e Soldados Portugueses não militarem em conquistas alheias desta Coroa* (Lisboa, 1632), ff. 3v, 9v.

⁹⁸ Numa «relação» (*Relazioni di Spagna*) do embaixador veneziano em Madrid. Monecigo, escrita em 1631, lê-se que era muito difícil Portugal e Castela juntos fretarem mais de 50 navios. Mas a falta maior era de marinheiros que a Espanha tem necessidade de procurar na Flandres e nos Países do Norte. Cf. MICHEL DEVÈZE, *L'Espagne de Philippe IV (1621-1665)*, t. II (Paris, 1971), p. 361.

⁹⁹ Em 1641, António Pais Viegas [*Manifesto do Reino de Portugal*, ed. de Joaquim de Carvalho (Coimbra, 1924), pp. 9-30] fará em tom polémico e crítico largo repositório de tudo quanto aqui o pregador exprobo.

viera nos últimos anos agravar uma situação bem mais recuada no tempo. De resto, este elo entre a profissão das armas e as compensações materiais inerentes, teria chegado, no passado, a um tal estreitamento que, em épocas transactas, as régias mercês passavam, neste particular, pela prestação comprovada de serviços militares¹⁰⁰. A realidade ao tempo era muito outra: não só havia carência de soldados para a defesa do império, como se recrutavam estes quer entre os economicamente necessitados de emigrar, quer entre os condenados ao degredo por delitos de direito comum¹⁰¹. Os inconvenientes, que daqui advinham, estavam à vista tanto na forma como esta gente se desempenhava da missão confiada, como na sôfrega caça aos postos cobiçados. Fr. Luís recorda-o, a propósito do rei lombardo Teodorico¹⁰² cujo exemplo seguiram os monarcas portugueses ao conceder títulos apenas aqueles que provassem merecê-los no combate aos inimigos:

«E porque os Portugueses sabião era esta a moeda de mayor preço para cõ seus Reys; & ouvião dizer em falla publica a seu Rey: (*Não eyde dar a esse homem nada porque nunca soube tomar hũa lança na mão*) sobejavão lanças a Portugal tão valentes, que não só sustêtavão o ja adquirido do Reyno, mas lhe tributarão, & sogeitarão no Oriente cincoenta, & sete Reys a seu serviço. Hoje huns as tomão degradados por malfeitores, outros desesperados de melhor fortuna, & como diz Santo Ambrosio, *necessitas quae invito imponit obsequium, offert plerumque fastidiũ*. Enfada depreça o serviço forçado, não cãçando nunca o tomado por gosto com a esperança de premio. [...] Mas como terá esta esperança que ve comprarensse honras com lucros de usurarios tratantes, com alvitres das fazendas alheas? Com conselhos imprudentes, & inicios [sic]? Com acompanhar ministros? Com servir donas & premiar damas?»¹⁰³.

¹⁰⁰ «Retrato», p. 438, col. 1.

¹⁰¹ O jesuíta Francisco de Macedo, pregando na Capela Real, em 1636, ao abordar o recrutamento que se faz para a defesa da Índia, diz: «E quanto à escolha da gente vâ menos, & mais volûtaria. Pezê-se os q̃ se embarcão, não se contê». Cf. *Sermão [...]* na festa de S. Thome [...], Lisboa, 1637.

¹⁰² Trata-se de uma citação do *Panegírico de Teodorico*, obra retórica de qualidade, composta em 507 por Enódio de Pavia (473-521). Foi mestre de retórica e eleito bispo Pavia no ano de 513.

¹⁰³ «Retrato», p. 438, col. 1. O dito é do rei D. João II e à margem da citação lê-se apenas: *Rezend*. A referência conduz-nos a GARCIA DE RESENDE e à sua «Crónica

A oposição *ontem/hoje* enriquece-se à medida que o orador recorre a pormenorizações assentes em factos ao alcance da observação quotidiana. Servir-se dos cargos públicos e não servi-los, tinha sido uma consequência da corrupção que entrara nos critérios outrora praticados para sua atribuição. Entre outros, são aqui particularmente verberados: o comércio simoniaco, o servilismo sem escrúpulos, a captação do favor feminino e a lisonja cortês — procedimentos correntes na obtenção dos postos públicos ou das graças régias¹⁰⁴. Estes seriam factores graves de desencorajamento e frustração para os que não podiam ou recusavam recorrer a semelhantes expedientes. Aliciar os lesados ou os inconformistas, através do diapásio patriótico-moralístico, era processo de êxito previsto. O pregador, porém, não se fica na denúncia de processos ínvios. Entende ser necessário delatar responsáveis, e fá-lo: primeiro, subtilmente, através da figura bíblica do amalecita — «bargante, falsário, atrevido, & sobretudo mentiroso» que mata Saul para grangear as graças de David¹⁰⁵ — e, a seguir, ao identificar com este a casta de corruptos e traidores que liquidavam o país por mera ambição pessoal. Os interlocutores são agora dois: o monarca castelhano e o *pelote*. A ambiguidade desta associação é flagrante e bem medido o alcance da referência:

«Acrecentey [dizia o amalecita a David], Senhor, vosso estado, segurey vosso Reyno; com que? Estava esse homem [= Saul] meyo vivo, meyo morto sobre a sua lança, acabey de o matar. Vedes aqui segura a coroa, vedes aqui de despojo o ouro. Saul morto estava, este jactouse de o matar,

de D. João II». O escrito saiu a primeira vez do prelo em 1545 com o título de *Lyuro das obras de Garcia de Resende*. A designação de *Chronica* só aparece em 1596, alcançando uma 5.^a edição, feita em Lisboa por António Álvares, texto que servirá de base às edições posteriores: *Chronica dos Valerosos, e insignes feitos del rey Dom Ioam II*. Cf. Introdução de Joaquim Veríssimo Serrão à *Crónica de dom João II e miscelânea* (Lisboa, 1973), pp. XLI-XLIV. Esta reedição reproduz a 7.^a saída em Coimbra, do prelo de António Álvares, no ano de 1798. O dito citado por Fr. Luís da Natividade encontra-se no «Capitulo CXC. / Do que el Rey disse hum dia a dom Martinho». Cf. p. 262 (ed. 1798/1973).

A citação latina, como indica à margem, pertence ao livro V, cap. 15 da obra de S. Ambrósio, *Hexámeron*. Escrita depois de 389, pretende ser uma explicação literal dos seis primeiros dias da criação descritos no *Génesis*, I, 1-31.

¹⁰⁴ Semelhantemente discorreu LUÍS DE LEMOS, em 1633. Cf. *Sermam [...] na festa do Glorioso S. Antonio* (Lisboa, 1637), ff. 2v-3v.

¹⁰⁵ «Retrato», p. 438, col. 2. Ver o episódio bíblico do Amalecita in *2 Reg. I, 1-16*.

por achar graça onde mereceo a morte. O lança, o Pellote, quantos destes sustentais debaixo de vossas abas! Quantos pretendem acrecentamentos á custa de vos meterem a lança! Quantos dizem, que estais ainda vivo, & ainda tendes folego, ainda tendes sangue, & metemvos a lança por volo esgotar! Hum acode com hum alvitre; outro diz, que ainda os officios de Portugal podem dar em hũa hora quinhentos mil cruzados. Outro, q̃ bem se podem assentar para cada anno. Ainda ha dinheiro, ainda ha vida pois lançada nelle. Todos andão buscando lança que meter, sangue que tirar. Cada qual se preza de acabar de todo o ponto a vida, sendo ella já acabada. Não he culpa de David, pio, Religioso, Clemête não do Monarca Rey Catholico, zeloso, benigno, solícito, & desejoso da vida de seu Reyno, & seu acrecentamento; desvelado em cuydado de sua restauração; mas do Amalechita falso, Reicida na vontade; mentiroso, que mente, & engana desejando ser elle o que acabe com tudo, & prezado de esgotar o sangue todo, & meter a lança até acabar a vida»¹⁰⁶.

Prefigura-se concretamente no amalecita, ao que nos parece, Miguel de Vasconcelos e os membros do Conselho da Fazenda de Portugal. Na verdade, a evocação do bíblico personagem e seu papel, tanto se ajusta ao trabalho do secretário da duquesa de Mântua, obediente a Olivares e apostado a mostrar a importância da sua actuação em ordem à anexação definitiva do reino luso, como ao dos conselheiros portugueses servis à política de Castela¹⁰⁷. Sobre estes recai o peso da acusação do orador que os trata por carrascos da sua nação moribunda, ao apontá-los como sendo a lança regicida. Regicídio, porém, metonimicamente considerado por não estar em causa a eliminação de um rei, mas a do reino. Ou será que com subtilidade se alude à morte de uma esperança — o reaparecimento do rei natural que, no seu sebastianismo professo, o frade, como tantos outros, aguardava? No plano do «traidor», isso se poderia obter pela aniquilação lenta e calculada das bases materiais indispensáveis à recuperação da autonomia

¹⁰⁶ «Retrato», pp. 438-439. De novo surge a palavra «sangue» no sentido conotativo riquezas = bens materiais.

¹⁰⁷ Vide: FRANCISCO MANUEL [DE MELO], *Epanaphoras de Varia Historia Portuguesa* (Lisboa, 1660), «Alterações de Evora. Anno 1637. Epanaphora Politica Primeira», pp. 19 e ss.

perdida. Repare-se, no entanto, no ostensivo propósito de inocentar Filipe IV da conivência com tal plano e a quem maquiavelicamente se atribui intenção contrária por «desejoso da vida de seu Reyno (= Portugal), & seu acrecentamento: desvelado em cuydado de sua restauração»¹⁰⁸. Este processo, de resto, não tem nada de novo nem de único. Era comum na prática oratória dos pregadores portugueses no período filipino, quando abordavam no púlpito aspectos de governação pública merecedores de censura¹⁰⁹. Forma compreensivelmente artilosa de se furtar a consequências desagradáveis, se delatados fossem às autoridades como tendo envolvido o rei na teia das suas críticas¹¹⁰. E não era difícil ver recair sobre semelhante audácia o libelo de lesa-majestade, se o monarca não fosse explicitamente isentado de toda a culpabilidade na situação denunciada¹¹¹. Não há pois, nestes incisos retóricos, meramente formais e capciosos, nada que nos permita conotar com lisonja e subserviente aprovação da conduta régia ou da legitimidade do seu título de rei no que respeita a Portugal. Aliás, os próprios discursos, analisados em seus contextos, e a actuação no quotidiano, que se conhece, de muitos dos pregadores são por demais elucidativos sobre as suas intenções patrióticas. Cabe-nos só, para não disvirtuarmos tais referências, aten-

¹⁰⁸ «Retrato», pp. 438-439: identificação de Filipe IV com o rei israelita David.

¹⁰⁹ Em tais textos, estas referências ao monarca castelhano, fruto também da mentalidade da época, são, de facto, desorientadoras. Aparentemente bajulatórias, não devem contudo tomar-se no rigor do seu sentido literal. No caso presente, se o fossem, Fr. Luís da Natividade, que só viu o seu discurso impresso em 1645, poderia tê-las retirado; o que não fez. É preciso notar que as expressões que se encontram nos sermões impressos de pregadores abertamente não simpatizantes com os Filipes, se eram de notório respeito, não deixavam ao mesmo tempo de serem equívocas. Na verdade, ao porem em almoeda a governação filipina eles acabavam por envolver o monarca, como supremo responsável político, na teia de toda uma acusação contundente, diluindo-se assim a impressão de lisonja contida na forma como se lhe dirigiam. Tais tratamentos estavam, pois, em muitos, envenenados pela duplicidade, como ao depois se viu consumado que foi o sucesso de 1640.

¹¹⁰ Na nótula que antecede o sermão — «Argumento da Declamação» —, Fr. Luís da Natividade escreveu: «Sucedendo o ano de 1638. aver eu de prègar este acto, carregaraõ em seu sêfir os juizos que nesta declamação publiquei. Cõfiança foi da benevolencia dos ouvintes fiados do pulpito, que sempre se arrisca mais o prégador na interpretação dos ouvintes, ã na formalidade do que diz; [...]».

¹¹¹ Assim se exprimiu a duquesa de Mântua, aquando das alterações de Évora de 1637, na carta dirigida aos prelados portugueses, pedindo-lhes para intervirem energicamente junto dos eclesiásticos que do púlpito tivessem instigado e/ou apoiado os sediciosos. Cf. DEDUCÇÃO CHRONOLOGICA, E ANALYTICA, Parte primeira (Lisboa, 1767), p. 176, § 324.

tar nos condicionalismos históricos que rodeavam as intervenções públicas de linha nacionalista, no alto do púlpito e fora dele ¹¹².

Este ataque directo, visando no plano social e ético uma classe de cidadãos que traíam com o seu procedimento anti-patriótico nobilitantes tradições e exigências pragmáticas do «presente», processa-se por meio de um leque de associações metonímicas em redor do referente «lança». Lança que, no passado, era instrumento de vida gloriosa — quando conotada com a lança de D. João I e a nobreza aguerrida —, e, na época, era lança de morte, pois se identificava com uma aristocracia abúlica, uma milícia mercenária, uma mercancia impudente, uma administração colaborante e um sicário que se preparava para o golpe capital. Mas a exploração retórica do referente «lança» prossegue no parágrafo imediato do sermão em que a metáfora do *pelote* (= nação, economicamente exangue) é explorada na imagem do objecto presente que, de facto, não exhibia mais do que alguns fios de ouro.

7.5. *Pelote moribundo*. Esta visualização do estado real do pelote — já desprovido de quase toda a bordadura de ouro que ostentara — permite ao pregador adiantar outro tipo de conotações, tendo em vista consciencializar cada vez mais os fiéis face à situação de Portugal. Os «poucos fios de ouro» que ainda brilham na régia veste, — e metaforicamente significam «gotas de sangue» —, a simbolizar os restos de poderio de estratos sociais do Reino, passíveis de cobiça e receio, vão proporcionar-lhe a introdução no discurso do «topos» da paixão de Cristo. Primeiramente, através de uma relação com a lança, conotada com a actuação egoísta e anti-patriótica de portugueses que irá tirar à nação o «sangue» que lhe resta, fazendo-o sair das veias, do lado ou do coração. A seguir, afirmará que se anda à caça de Portugal como os judeus andavam outrora «à caça com a vida de Christo para lhe não escapar» ¹¹³. Por fim, aludindo à, ainda na época, *vexata quaestio*, sobre onde residiria a fonte da vida — se no cérebro, se no coração, se no sangue —, introduz no seio da argumentação o referido «topos» cristológico. Se a sinagoga (=autoridades judaicas), adverte ele a propósito, se encarnicara a não deixar Jesus escapar com vida, forçoso era tirar-lha onde ela residia, e, por isso, teria raciocinado: «Se a tẽ no cerebro, trespassemoslho com hũa coroa de espinhos; se no sangue, tiremoslho a poder de infinitos

¹¹² O nosso já citado trabalho, *A parenética portuguesa e a dominação filipina*, amplamente o documenta.

¹¹³ «Retrato», p. 439, col. 1.

açoytes; se no coração, venha um cego soldado, q̃ com hũa lança lho tres-passe»¹¹⁴. Ora é isto que semelhantemente acontece com a nação portuguesa. E, para obter talvez um impacto maior no auditório, Fr. Luís da Natividade recorre à apóstrofe, em termos patéticos, prenhes de intencionais «nuances»:

«Pelote a vós sem cabeça vos vejo, que mudar de cabeça cada dia, he não ter cabeça própria; que como não tendes cabeça coroadada, o mais, ou são barretes de espinhos, ou cousa que o valha. Emfim se vossa vida está na cabeça, apartada do corpo a tendes; não podeis viver desunido della. Se no sangue, ja o tēdes esgotado, tanto, que nada delle fica a vosso dono, correndo rios delle a estranhos, não a filhos, antes a muytos, que sempre vo-lo desejarão beber. E não he muyto chegue tão pouco, ou nenhum, onde todo ouvera de ir parar; porque todo fica nos canos dos mesmos, q̃ volo tirão. Resta o coração, q̃ he o tēplo; já vossas lâças investem contra elle; ja cegos de sua ambição brandem a lança, & apontão o lado, & fazem alvo de seus dezejos vossa prata»¹¹⁵.

Anote-se desde já o recurso ao epánodo. A enumeração, essencialmente denotativa na linguagem utilizada ao referir-se a Cristo na sua paixão, é retomada simetricamente em relação a Portugal. Agora, porém, a terminologia é rigorosamente conotativa. O processo paralelístico — paixão de Cristo/pelote martirizado — é eloquente e de molde a penetrar a sensibilidade patriótica do auditório. Mas as associações intentadas com o referente «nação portuguesa» ultrapassam os elementos equacionados na descrição de Cristo condenado à morte. Na verdade, ao dizer: «sem cabeça vos vejo, que mudar de cabeça cada dia, he não ter cabeça própria» — usa o pregador de uma linguagem crítica que, em nosso entender, é uma alusão ao *Encoberto* e sua identificação. Como se sabe, a corrente sebastianista acusava ao tempo uma diversidade de tendências polarizadas à volta dos que se mantinham fiéis à crença no regresso do «Desejado» e dos que viam o redentor da pátria «escondido» na tapada de Vila Viçosa¹¹⁶. No reino, não havia a gover-

¹¹⁴ *Ibidem.*

¹¹⁵ *Ibidem.*

¹¹⁶ Cf. JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO, *A evolução do Sebastianismo* (Lisboa, 1947, 2.^a ed.), pp. 55 e ss.

ná-lo rei próprio — «cabeça coroada». Referi-lo era tocar um aspecto particularmente doloroso ao patriotismo português, que a seguir se espicaça, quando em tom desprezível e crítico, se alude aos governantes responsáveis pelo executivo, apodando-os de «barretes de espinhos, ou cousa que o valha». E, da urgência da cabeça — unida ao corpo — monarca natural governando o povo na capital do reino —, não deixa dúvidas e até reforça o tom condicional em que o faz. Ao mencionar o «sangue» — riqueza económica da nação —, que se esvai em proveito de outrem que não do «dono» (= os portugueses), a denúncia de um povo incapaz de se autodefender é evidente, apesar de uma certa ocultação nessa alusão a estranhos, não a «filhos» e a «muitos» que sempre o «desejaram beber». Reunem-se, nestes dois referentes, como se percebe, castelhanos, cristãos-novos, holandeses, ingleses e franceses. Mais: metrópole e império colonial estão aqui englobados. Finalmente o coração (= a Igreja), baluarte ainda não sujeito a ataque frontal, principia a sofrer a cobiça dos próprios naturais: «já vossas lanças investem, já cegos de sua ambição brandem a lança, apontão o lado, & fazem alvo de seus desejos vossa prata». De salientar a conotação moral entre os «cegos de sua ambição» e o soldado «cego» que à lançada abriu o «lado» de Cristo crucificado, donde jorrou sangue e água¹¹⁷. Perigosa cegueira, quererá dizer na sua o orador, a destes portugueses que aprovam na ânsia de colherem benefícios, toda a forma de tributos sobre os bens eclesiásticos. A questão das «capelas» e a do «real de água», atingindo os réditos do clero, eram problemas escaldantes na época com evidentes e perigosas consequências¹¹⁸. A metonímia «vossa prata» era de uma intencionalidade tão directa como venenosa: mexia-se com o património do estrato clerical e as dádivas dos fiéis destinadas ao culto. O terreno pisado era tão pantanoso como funesto¹¹⁹.

¹¹⁷ Cf. Jo. XIX, 34 .

¹¹⁸ Vide, entre outros: REBELO DA SILVA, *Historia de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, t. III (Lisboa, 1867), pp. 471-476; FRANCISCO RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, t. III, vol. 1 (Porto, 1944), pp. 270-279; ANTÓNIO OLIVEIRA, «Um documento sobre as 'alterações' de 1637», in *Revista Portuguesa de História*, t. XII (Coimbra, 1964/68), pp. 277-203.

¹¹⁹ Cf. REBELO DA SILVA, *loc. cit.*, p. 476; FRANCISCO RODRIGUES, *loc. cit.*, p. 347. Os conflitos entre a administração régia e os eclesiásticos portugueses, na defesa de seus privilégios, acabou por conduzir à expulsão do coleitor apostólico Castracani e ao interdito lançado sobre Lisboa, em 1639.

Isso se depreende do discurso agora situado na linha de uma argumentação logicamente conclusiva, a fremir de temor e mal velada ameaça:

«E se a vida não reside no corpo sem sangue, & aonde não ha vida não ha alma; ay como receio q̃ apos o sãgue vá a vida, & vá a alma; só a alma, parece, termos, porque só a fé, & a christandade se conserva pura, & inteyra pella misericordia divina; se contra a Igreja se impunhão as lanças, se ao tempo se faz isso, day por arriscada a Christandade, & a fé»¹²⁰.

Neste raciocinar, diga-se, adquire papel de singular oportunidade a interpretação de S. Leão Magno, no seu «Sermão de S. Lourenço», citada por Fr. Luís da Natividade, em que se atribuía ao tirano, com o suplicio do mártir, o propósito de apoderar-se dos tesouros da cristandade como primeira condição para destruí-la¹²¹. Daí, ter começado por lançar mãos desses bens. E, à laia de remate, adverte, sinistro, o pregador: «Quê aconselha se tome hũa cousa, também perderá com facilidade a outra. Apos o sãgue entregará a alma. No coração está a vida, no coração reside a fé»¹²².

Antes, ao mencionar o coração, afirmara enfaticamente: «Resta o coração». O que, no processo de argumentação utilizado, soava como uma garantia e uma esperança para uma nação descrita em transe de agonia. A partir daqui, abre o caminho para a peroração, mas focando, no entanto, outra dolorosa realidade: a situação efectiva de uma nobreza responsável arrasada também no processo da castelhanização do país. O elitismo de Fr. Luís — de resto, convenhamos, lugar-comum da mentalidade coeva —, vem ao de cima, quando associa o ataque aos privilégios da clerezia ao plano de reduzir a nobreza não corrupta a uma situação de impotência. Para isso, recorre a nova metáfora: a dos ossos — ossos que a lança, instrumento de morte, não poupará. Neste aspecto, o procedimento da governação se tornava pior que o dos próprios judeus para com Cristo. Di-lo, sem reбуço, dirigindo-se ao *pelote*:

«E não he mao meyo para isso atravessarvos essa lança de parte a parte, para que vos não fique osso sam. Querem-

¹²⁰ «Retrato», p. 439, col. 2.

¹²¹ *Ibidem*.

¹²² *Ibidem*.

vos quebrar os ossos; porque nada fique firme no corpo. Peor se faz com vosco, do que a synagoga o fez com Christo»¹²³.

Tal como as glórias passadas, anteriormente evocadas, o sintagma «osso são» é aqui «leitmotiv», mantendo-se até final do parágrafo onde se prossegue o paralelismo entre o Cristo supliciado e o «pelote alanceado»:

«Chamou o propheta Rey ossos de christo aos firmes, aos Apostólos discipulos de Christo, os seus títulos, as suas dignidades: porque assim como os ossos são as partes mais firmes do corpo, assi estes o são do estado, & estes se espalharão, & dividirão no tempo da payxão, faltando, enfraquecendo, desconfiando, fogindo: pello que, depois, quando ouve de tornar, & constabelecer sua Igreja, unir o corpo mistico, & darlhe ser, & vida, os ajuntou a todos, & sobre todos juntos deceu o Spirito de vida»¹²⁴.

As duas formas de linguagens — denotativa e conotativa — estão associadas na argumentação, assente no estreito paralelismo entre a Igreja, Corpo Místico de Cristo, e o pelote, corpo místico da nação, e na conduta dos seus responsáveis hierárquicos (títulos, dignidades = partes mais firmes do corpo), havida na hora da provação. Na terminologia política do tempo, que doutrinadores e moralistas usam e que os pregadores, quando necessário, empregam, os «ossos do estado» são os nobres¹²⁵. Daí que a solene advertência do orador se deva tomar como dirigida particularmente à nobreza desunida e espalhada pelas vicissitudes que a nação atravessava. O perigo que isso constituía para o ressurgimento do país, é explicitado ao considerar que, na prática, ossos espalhados são quebrados e sinal de morte; pelo que importava tentar a união, para que o «corpo vivesse»:

«[...] que ossos jutos, firmes & unidos, he sinal de vida; & espalhados he effeyto de morte. Pouco vay de ossos espalhados a ossos quebrados»¹²⁶.

¹²³ *Ibidem.*

¹²⁴ *Ibidem.*

¹²⁵ O carmelita MANUEL FERREIRA, em 1632, pregando na Sé de Lisboa, dizia: «Os ossos do corpo humano compara no corpo da República, a fidalguia, & nobreza, pois são os que a sustentão, & tem em pè». *Sermão [...] na publicação da Bula da S. Cruzada [...]*, Lisboa, 1633, f. 24v.

¹²⁶ «Retrato», p. 440, col. 1.

Sem corte em Portugal, a fidalguia pergaminhada estava de facto dispersa dentro e fora do país, na maioria recolhida em seus solares, perigosamente desunida ante o rumo que levavam os interesses pátrios¹²⁷. Além disso, adverte Fr. Luís, o temperamento dos portugueses, mais animoso que reflectivo, não é atreito a ponderar a situação, que exigiria um «humor fleymatico» e evitaria lhe viesse a suceder o mesmo que ao tísico a quem «o ardor da febre lhe vay consumindo todos os humores, ate lhe deixar secos, & mirrados os ossos: & por falta do humor fleymatico viscoso, q̃ os tem liados entre si, huns com os outros, ficão soltos, & desunidos»¹²⁸. Na teia da argumentação, este inciso metafórico extraído aos domínios da fisiologia e caracteriologia, é uma amostra da funcionalidade dos recursos que a cultura geral do frade proporcionava ao seu empenhamento oratório de mover a inteligência e sentimentos dos ouvintes em ordem a uma acção patriótica. Mas a escarpelização crítica do quadro real da sociedade portuguesa de então é ainda a sua arma mais poderosa pela sagacidade com que une, como aqui, a contundência das suas observações à veemência dos seus apelativos:

«Somos Portuguezes naturalmête fogosos, ardentes, colericos, & pouco fleymaticos, por tâto mais aptos para a guerra, q̃ inclinados ao estudo; de menos conselho, que animo; porq̃ o animoso procede da colera, o cõselho maduro da fleyma; & por cõseguite a falta desta nos faz pouco unidos. Não se unem bem nossos, nem ha fleyma que os ajunte: falta conselho, & prudencia, cada hum se aparta, & discorda, por isso, Pellote, tenho medo vos hão de quebrar os ossos. *Ossa sua firmos suos dicit* [Agust., com. in psalm. 21]:

¹²⁷ Recorde-se que a obra de FRANCISCO RODRIGUES LOBO, *Corte na Aldeia*, dedicada ao irmão do duque de Bragança, publicada em 1619 e reeditada antes da Restauração de 1630, reflecte esta resistência à castelhanização, fazendo-se eco do desgosto da nobreza de sangue e de cargo ao ver-se sem corte em Portugal e a viver, dispersa por vilas e lugares, em «cortes nas aldeias» — expressão que trai a saudade por aquela de que haviam sido privados. Cf. ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA e ÓSCAR LOPES, *História da Literatura Portuguesa*, ed. cit., pp. 442-443. Por sua vez ANTÓNIO CARVALHO PARADA, *Justificação dos Portugueses* [(Lisboa, 1643), reedição in ANTÓNIO CRUZ, *Papéis da Restauração*, I (Porto, 1967), p. 186], depois de acentuar o extremo a que Portugal chegara em forças e fazendas, acrescentava: «As pessoas de valor que puderam escapar de serem levadas para Castella se recolhião em suas terras e quintas».

¹²⁸ «Retrato», p. 440, col. 1.

Porque os vejo muy espalhados, & desunidos, os mais firmes, mais apartados, mais escondidos, mais encantoados, mais metidos pellos montes. Pellote, olhay não volos quebrem, que nem osso sam vos deixem»¹²⁹.

Como se verifica, este vício português de polemizar, enraizado e mantido nas classes dirigentes, até mesmo quando importa politicamente cerrar fileiras perante situações de que pode depender a sobrevivência da comunidade, já vem apontado de muito longa data como grave defeito.

7.6. O sexto e último parágrafo é de síntese e peroração. De um lado, adensa-se o tom patético do sermão através da plena humanização do *pelote*. Fecha-se por outro lado o travejamento dialéctico do discurso concebido à semelhança de um silogismo, como se, em resumo, se quisesse dizer: — Todo o que não tem ciso e honra e se encontra pobre, roto, sem sangue e ossos não pode ter esperança; ora assim está Portugal; logo ...

O raciocínio não era destituído de lógica e, por isso, a conclusão, inexoravelmente pessimista, abater-se-ia sobre o auditório esmagado pela avalanche de provas acumuladas ao longo da exposição. Tal sucederia, se os considerandos se limitassem a um plano puramente humano. Só que o pregador visa pelo humano atingir o divino. E, não há dúvida que, embora com implicações fortemente eivadas de oportunismo político na patriótica intenção de mover os ânimos a uma eficaz resistência à castelhanização do Reino, o pretexto e finalidade últimos do discurso eram religiosos. Portanto, a esperança devia pôr-se no Transcendente. Vejamos como gradativamente isso acontece. Sintetizando a situação presente, o orador interpela:

«Ora bem, Pellote, vòs sem sizo para governar por velho, vòs sem honra por pobre, & roto, vòs sem sangue, & vòs sem ossos; que ha de ser de vòs? que esperança ha de ser a vossa?»¹³⁰.

A nação, demonstrara ele, identificava-se plenamente com o *pelote*. E, ainda que a pátria fosse corpo social — de quem o auditório, no momento, podia ser considerado como porção representativa —, a sua perfeita redução a figura antropomórfica permitia-lhe interpelá-lo como se de

¹²⁹ *Ibidem.*

¹³⁰ *Ibidem.*

uma pessoa se tratasse. Exproba-lhe, por isso, o lamentável estado, insistindo, no plano moral e físico, que está incapaz de se governar, desacreditado, arruinado, desamparado na sua solidão; ou seja: sem cabeça, por destituído de sizo e velho; sem valor, por pobre e roto; sem fazenda, por falta de sangue; sem elites, por ter ossos secos e desunidos! Pouco importava, para o caso, a rigorosa correspondência do retrato à realidade. Historicamente, nem é mesmo difícil detectar o excessivo. Mas, instrumento polemicamente actuante, o sermão não necessitava do aval da exactidão histórica, a fim de ser pragmaticamente eficaz. Daí, constituir um documento «certo» para o efeito desejado: despertar o inconformismo que conduzisse à rebelião. A fé mariana vai pois ser estimulada no sentido de se depositar nela a derradeira esperança da restauração de Portugal. E, na emergência, acentua mesmo que seu único penhor é a Virgem da Oliveira:

«Eu vos não sinto outra, senão a vista dessa Augustissima Rainha do Ceo, & Senhora da Oliveira, diante da qual estais, ja protestando o antiguo agradecimento de vosso dono, a seus favores, ja manifestandolhe vossa miseria presente: algum oleo de misericórdia podeis esperar para unção de vossos secos ossos dessa formosa, & celestial oliveyra; porque se essa arvore natural, que nas costas tēdes estando seca reverdeceo de repente á vista dessa senhora, & deste glorioso Padrão, tãbem vós podereis esperar, & dizer: *Ego autem, sicut oliva fructifera in domo Dei, speravi in misericordia eius*. Ainda pode aver vida para vòs, ainda pode aver seculo florente, & tornardes neste a reverdecer, como essa reverdeceo ficando duzentos e cincoenta annos a esta parte sempre verde»¹³¹.

A exploração de motivações visuais volta a ser feita por Fr. Luís da Natividade. Agora junta-se ao *pelote* a oliveira implantada ao lado do padrão

¹³¹ *Ibidem*. Como fonte histórica menciona à margem: Staço de varias antiguidades. Trata-se da obra de GASPAR ESTAÇO, *Varias Antiguidades de Portugal* (Lisboa, 1625). O autor (1560-1626) foi cônego da Colegiada da Oliveira e na sua obra, onde se sente o sopro de uma exaltação patriótica, aborda a fundação de Guimarães e efemérides da sua história, demonstrando abundante erudição. Cf. JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *A Historiografia Portuguesa*, vol. II (Lisboa, 1973), pp. 96-101. A citação latina pertence a: Ps. 51, 10.

comemorativo frente ao qual se desenrola a cerimónia. A encenação era de molde a proporcionar um espectáculo sugestivo e pressionador. O cortejo processional com a imagem da Virgem ocuparia o centro da praça coalhada de gente. A eloquência do pregador prenderia os ouvintes, arrastando-os no jogo da sua retórica num constante vai-vém entre a realidade e a alegoria, e dentro da oposição-passado-presente. Esta antítese — *leitmotiv* ao longo do sermão — é agora centrada em dois símbolos convergentes numa só metáfora: pelote e oliveira (= rico e pobre/seca e reverdecida) são imagem de Portugal a debater-se entre a morte e a restauração. A associação metonímica do «oleo de misericórdia» na unção dos «secos ossos» é conseguida, ainda uma vez, através do emprego da dupla linguagem denotativo-conotativa: oliveira-óleo/Virgem da Oliveira — óleo de misericórdia e oliveira-verde/Virgem da Oliveira-ossos revividos. O valimento da Senhora da Oliveira, em quem a esperança da restauração de Portugal é polarizada, passa a ser encarecido num crescendo de argumentos desde as acomodações bíblicas de episódios do Velho Testamento até à enumeração de eventos ligados à história da Colegiada e do seu venerado Ícone. Dentro deste esquisso se enquadra o diálogo de Job e seu amigo Eliú, ao sublinhar, como alento de esperança, que os «castigos de Deos são, não impossiveis de melhoria do mais desemparedado homem do mundo»¹³². Para isto bastaria que um dos «milhares dos Anjos de Deos» intercedesse por Job. E, dirigindo-se ao *pelote*, assegura ao auditório:

«Certo he tendes por intercessora, & avogada diãte de Deos, não hum de mil Anjos, mas a Senhora, & Rainha de todos os milhares de Anjos. Se hum servo bastara, quanto mais a imperatriz a Augustissima mãy do mesmo Deos. Certa a tendes em vosso favor, bem a experimentão vossos moradores, seus vassalos, & devotos, nos favores, nas merces, nos beneficios, nos bens espirituais, que sensivelmente recebẽ de suas mãos de contino»¹³³.

Na mais ortodoxa teologia mariana, o pregador frisa ser a Virgem apenas medianeira entre os homens e Cristo. E é nessa missão, diz, que ela lembra «sem falta a seu filho precioso perpetuamente» todas as mani-

¹³² «Retrato», p. 440, col. 2. A referência bíblica mencionada pertence ao livro de *Job*, XXXIII, 23-27 e faz parte do «Sermo primus» de Eliú.

¹³³ «Retrato», p. 440, col. 2.

festações de religiosidade merecedoras de prémio, havidas pelos portugueses no decurso de sua história. A saber:

«vosso ardente zelo de propagação da fé: vossa Christandade, vossa obediência pontualíssima a seu Vigayro legitimo: o culto grandioso de seu serviço, a liberalidade para sua caza, a magnificencia de seus templos, os continuos sacrificios, procissões, festas reays, préces, com que esta Senhora he venerada, servida, & festejada nesta insigne caza sua, & em todas as mais de Portugal»¹³⁴.

Numa Europa da Contra-Reforma, o que o pregador exalta, talvez intencionalmente, no plano de uma prática católica, são alguns aspectos dela contestados pelo reformismo protestante, em particular calvinista: o proselitismo missionário, a ortodoxia doutrinária, a fidelidade ao papa, o esplendor litúrgico e dos lugares sagrados, a generosidade para com o clero, a grandiosidade e frequência dos actos de culto público, a devoção mariana. Quanto à fé, a tradição mantinha-se, explicitando assim a razão que lhe assistia ao afirmar atrás, perante a ameaça da alteração iminente do procedimento rotineiro das autoridades, que a Portugal só restava intacto o «coração». É esta conduta, a que se *obligou* a nação por coerência com uma fé assim entendida e praticada, que *obriga* a Virgem a acudir aos portugueses. E, como acredita que com ela pode contar-se, afirma:

«Confiados esperamos impetre por despacho de seus piedosos rogos, *libera eum, et revertatur ad dies adolescentiae suae*. E ya, torne Portugal ao seu. Livrayo vòs Virgem mãy de Deos: cessem ja os castigos passados: esta carne seca, estes ossos quebrados, *revertatur ad dies adolescentiae suae*. E verà dia, em que com jubilo extraordinario veja a cara a Seu Senhor. *Videbit faciem eius in iubilo*. E tenha rosto deixado ja o assombramento de sua mortificação: para olhar para agente, tenha olhos para os virar às outras nações: confiança para os levantar às outras gentes. *Respiciet homines*. Vòs Virgem sois a que aveis de fazer tudo, vossa ha de ser esta restauração, & renovação deste velho,

¹³⁴ *Ibidem*.

& sempre vosso devoto Reyno, por mais dilacerado, & descarnado que esteja: & aveis de reconcilia-lo em amizade eterna cõvosso unigenito filho»¹³⁵.

A peroração abre, pois, com um veemente, humilde e patético apelo à Virgem; e, no rosário das súplicas, expressamente se pede: cessação dos sofrimentos passados, recuperação da liberdade perdida, restituição do rei natural. Sintomático o emprego, como refrão, das passagens do livro de Job acomodadas directamente ao Reino numa imploração de liberdade e regresso às glórias de antanho, e ao monarca que deixará de permanecer «encoberto». As metáforas da «carne seca» e «ossos quebrados» aludem a uma situação presente que se deseja ver mudada; e a «cara de Seu Senhor» é o equivalente ao rei natural a quem legitimamente a coroa pertence. O sebastianismo brigantino de Fr. Luís era conhecido de alguns. E tal facto não passou desapercibido na altura, interpretando-se efectivamente a alusão ao aparecimento de um monarca português que pudesse levar Portugal a entrar no círculo das nações livres e a enfrentar as outras gentes — o que talvez fosse velado convite à necessidade de se sacudir o jugo castelhano. A referência ao duque de Bragança julgamos vê-la implícita nesse está a vir o dia em que aquele «Seu Senhor» (= legítimo rei) terá «rosto deixado já o assombramento de sua mortificação». Curioso que, embora no exórdio haja dito que o *pelote* é retrato do reino, só na peroração se explicita essa identificação. Antes, sempre se dirigira ao «pelote roto, velho, esfarrapado, martirizado»; agora, fala abertamente da restauração deste velho «devoto Reyno, por mais dilacerado, & descarnado que esteja». E, depois de evocar a corajosa atitude de Resfa — a mãe que saiu a defender os corpos de seus filhos e de Saúl, mandados enforçar por David numa cruz —, reiterará essa identificação, desta vez, porém, em pleno:

«Qual tão amoroza mãy como vòs, Virgem Senhora? O titulo da Oliveyra vos obrigue a toda a brandura, & misericordia, pois sois mãy do oleo suavissimo de vosso filho, que em vòs, oliveira fermosa, tomou ser, & do nectar virginal de vosso bemaventurado peito, *beatus venter*: alimento dulcissimo. Sede vòs Respha deste reyno vosso; nesta pedra estais donde vosso filho pende crucificado, a vossos olhos

¹³⁵ *Ibidem* e p. 441, col. 1. As citações latinas são extraídas da referida passagem de Job,

tendes este pobre Reyno, neste velho, & pobre Pellote debuxado: fazey Senhora venha algum rocio do Ceo sobre seus quebrados ossos»¹³⁶.

Repare-se no barroquismo da adjectivação denotativo-conotativa feita aos referentes Virgem e Cristo: «oliveira fermosa», «nectar virginal», «oleo suavissimo», «alimento dulcissimo» —o que reforça a grande unidade linguístico-estilística patenteada ao longo do discurso. Além disso, fecha-se aqui a cúpula da construção metafórica do sermão, assente na figura do *pelote*, tomado como «topos» angular de toda a estrutura semântica: *pelote*=*Portugal castelhano*. E a identificação referida surge-nos neste sintagma de afectiva comiseração: «pobre Reyno, neste velho, & pobre Pellote debuxado».

Mas a peroração revela-nos ainda o lado profético do *pelote* inicialmente previsto. De facto, no exórdio, o pregador dissera que o *pelote*, não podendo ser evangelho, fosse ao menos profecia. Ao entrar no epílogo, irá, pois, dar cumprimento a tal intenção que servirá também para excitar mais veementemente os afectos do auditório. Este final profético reúne dois objectivos: um, que se inscreve na linha geral do assunto; e outro, que se restringe ao âmbito local. A exploração das profecias faz-se no plano da promessa-juramento/infidelidade-castigo. E é ainda a Virgem o traço que une as coordenadas deste profetismo. A bíblica Resfa, que na óptica da exegese católica é uma das figuras da Virgem Maria e no contexto do sermão prefigura a Senhora da Oliveira, mantém-se no fio da argumentação ligada à cessação dos castigos enviados pela Providência. Para isso, recorre o orador a um comentário de Teodoreto feito à mencionada passagem da Escritura¹³⁸. Em hábil acomodação, Fr. Luís aproveita para recordar a série de infortúnios e maus agoiros que têm atingido os portugueses no decurso da década de trinta. Ora, argumenta ele, se Deus, estando irado, se deixara aplacar

¹³⁶ «Retrato», p. 441, col. 1. Resfa era concubina de Saul e manteve-se junto dos corpos crucificados dos filhos, dia e noite, afugentando as aves e as feras que tentavam devorá-los (2 Reg., XXI, 8-10) — figura alegórica da Virgem no Calvário, junto da cruz de onde Cristo pendia.

¹³⁷ O comentário de Teodoreto, citado por Fr. Luís, só pode pertencer à obra *Questions* de TEODORETO DE CIRO (393-458), que assim se chamou por haver sido bispo desta cidade. Autor de uma produção literária muito vasta, consagrou à exegese bíblica uma série de trabalhos que se encontram agrupados sob o título designado. Divididos em duas partes, a primeira é constituída por uma série de explicações dispersas acerca dos passos mais difíceis dos livros históricos do Antigo Testamento, incluindo os quatro livros dos «Reis».

ao ver a atitude de Resfa, cederá igualmente à intercessão da Virgem. Já se vislumbram até sinais de melhoria:

«Tal nos suceda a nós por vossos rogos, divina Respha; já a era de trinta tão prenehe de roins sucessos, & infaustas pronostificações para Portugal se vay passando; aplacay Virgem a Deos, para que se apiade deste pobre Reyno, cessem castigos, chovão misericordias os Ceos»¹³⁸.

Parece-nos que, na sua menção a este «desanuviamento» da referida década, o pregador estaria a lembrar-se do conteúdo de certas passagens das profecias de Bandarra¹³⁹. E recorrer a esta alusão não era mais do que seguir a prática utilizada especialmente por homens da Igreja para fomentar a ânsia da liberdade da pátria — corrente a que Fr. Luís da Natividade, assim se crê, estaria vinculado¹⁴⁰. Para se continuar, porém, a sentir essa benéfica mudança seria necessário demonstrar fidelidade aos compromissos provenientes da devoção mariana, e expressos nos privilégios concedidos aos seus lugares de culto. E, dirigindo-se directamente ao auditório, coloca-o perante dilemática escolha:

«Assi será irmãos se soubermos ser agradecidos a esta Virgem Senhora, & a reconhecemos por mãy, quanto devemos, & podermos; como sem duvida podeis dar tudo por acabado, & acabar com tudo, se lhe faltardes cõo respeito de filhos»¹⁴¹.

¹³⁸ «Retrato», p. 441.

¹³⁹ Por este tempo era grande a difusão das «Trovas» de Bandarra, conhecidas por «Profecias» de Gonçalo Anes Bandarra em que a «era de quarenta» era interpretada como sendo a do termo das desgraças do reino de Portugal e a de «trinta» pródiga em «sinais» ou prodígios terríficos. Vide GREGÓRIO DE ALMEIDA, *Restauração de Portugal Prodigiosa* (Lisboa, 1643), pp. 120, 142-147; J. LÚCIO DE AZEVEDO, *A Evolução do Sebastianismo* (Lisboa, 1947, 2.^a ed.), pp. 65-67.

¹⁴⁰ Acerca da participação do clero, mormente congreganista, como agente por excelência destas crenças sebastianistas, vide, entre outros: REBELO DA SILVA, *op. cit.*, IV (Lisboa, 1869), pp. 637-640; J. LÚCIO DE AZEVEDO, *op. cit.*, pp. 59-67. É muito curioso notar que GREGÓRIO DE ALMEIDA, pseudónimo do jesuíta João de Vasconcelos, autor da citada *Restauração de Portugal Prodigiosa*, declara (*ed. cit.*, p. 125) que, para a interpretação das famosas «trovas» de Bandarra, consultou um religioso da Ordem de S. Francisco, «bem pratico nestes versos». Seria Fr. Luís da Natividade?

¹⁴¹ «Retrato», p. 441, col. 2:

Do ponto de vista estilístico, o trocadilho e o quiasmo aqui usados, e de resto tão frequentes na retórica do barroco, sublinham com certo vigor a ideia de um fatal amanhã, inevitável se se seguir a via que se teme. É certo que «dar tudo por acabado» (= considerar concluído) e «acabar com tudo» (= destruir) não são, bem entendido, expressões de sentido equivalente, embora sejam formadas pelas mesmas palavras. Isso, porém, não invalida o que afirmamos. Na verdade, joga-se com valores semânticos de cada uma delas e com as conotações morais decorrentes, sobretudo, do trocadilho. E, para comprovar que o seu receio é fundado, o pregador aborda, a propósito, as campanhas movidas contra os privilégios da Colegiada, até mesmo por vimaranenses:

«Eu não sey como prezando vòs todos os naturais desta insigne villa de filhos da Virgem da Oliveyra, & sendo criados às suas abas, ha quem levado do vil, & bayxo interesse, se atreva a tomar pena na mão, a procurar, & solicitar contra seus foros. Ou vos negay de filhos da patria, & da Senhora, ou confessay quereis acabar a mesma patria; que não podeis ter mais certa traça para a acabar de todo, do que he quebrar os privilegios da Senhora»¹⁴².

Note-se que, ao apoiar a luta, já tradicional, do Cabido da Colegiada da Oliveira em defender seus foros e privilégios, o orador, à primeira vista, nada mais faria do que reforçar moralmente a posição da entidade que o convidara para pregar nesta solenidade e a quem compreensivelmente desejaria agradar¹⁴³. Só que Fr. Luís visa mais alto: o que seria obrigatório focar vai sê-lo, sim, mas para servir um outro objectivo, e esse político, embora querendo-o atingir através do religioso. E o que designamos por político, neste caso, identificava-se com o perigo que rondava a sobrevivência da pátria ameaçada de morte pela via da castelhanização. Por isso, o que se lhe poderia afigurar necessário — e até lhe ter sido recomendado, i. é

¹⁴² *Ibidem*.

¹⁴³ Sobre a defesa dos chamados direitos e privilégios da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, algo se tem escrito. Anote-se que já nos fins do séc. XVII o P. Torcato de Azevedo aludia, com algum espaço e pormenor à controvérsia respeitante aos diferendos entre a Colegiada e o Arcebispado de Braga. Cf. TORQUATO PEIXOTO D'AZEVEDO, *Memorias Ressuscitadas da Antiga Guimarães* [1692] (Porto; 1845), p. 226: Vide também a comunicação de A. FRANQUELIM NEIVA SOARES, «Conflitos Jurisdicionais entre a Colegiada e o Arcebispo de Braga (Século XIII a 1831)», in *Congressó Histórico de Guimarães e sua Colegiada. Actas*; vol. II (Guimarães, 1981), pp. 11-29.

defender os privilégios e foros da Colegiada, por razões talvez muito pertinentes na altura —, acabou por ser utilizado como pretexto para justificar uma mobilização do auditório no sentido da restauração da independência nacional. Nem de outra forma se poderá entender, parece-nos, a insistência em identificar patriotismo com mariofilismo: deixar de lutar pelos interesses da Virgem é querer acabar com a própria pátria. Não se poderia pretender abalar mais fundamente os ouvintes. E a evocação que a seguir faz dos motivos que levaram David a executar os filhos de Resfa e Saúl, mas clarifica a intenção do pregador e aumenta a tonalidade patética do discurso — aliás exigida pela preceptiva retórica quando o epílogo se aproximasse de seu termo. A causa daquela execução capital fora, diz a Bíblia e repete o orador, a quebra por parte de Saul de um juramento feito outrora por Josué aos Gabaonitas que, sofrendo morte injusta, atraiu o castigo divino, materializado em Israel por fomes, secas, esterilidade das terras, enforcamento dos filhos do perjuro Saúl «quebrantador dos foros, & privilegios dos criados do Templo, & casa de Deos»¹⁴⁴. E, por similitude, Fr. Luís argumenta com atemorizadora previsão:

«Eu digo, se acabo de seiscentos anos o quebrar Saul àquelles homens a palavra do Principe, ainda que avida com engano, Deos tanto fez; os privilegios não dados graciosamête à Senhora da Oliveira, mas merecidos por ella, como principal vencedora, & governadora dos exercitos catholicos del Rey Dom João primeyro, se lhos quebrardes, que esperais? Receay fomes, esterilidades, mortes desastradas, forcas malditas. Cheos estão vossos livros de semelhantes castigos dos tempos antigos; testemunhas são vossos olhos de muytos desta idade»¹⁴⁵.

¹⁴⁴ «Retrato», p. 441, col. 2. A promessa de Josué aos gabaonitas encontra-se pormenorizada em *Ios.* IX e o castigo de David aos infractores da mesma, em *2 Reg.* XXI.

¹⁴⁵ «Retrato», p. 442, col. 1. Ao afirmar: «Cheos estão nossos livros de semelhantes castigos dos tempos antigos», podia Fr. Luís querer referir-se ao episódio que se conta com o licenciado Pedro Oliva cuja efígie se encontrava aos pés do altar de Nossa Senhora da Oliveira. Advogado em Guimarães, Oliva combateria com denodo os privilégios do Cabido e caseiros da Colegiada. No decurso de uma conversa com membros do Cabido, que lhe exprojavam a atitude, afirmara que, enquanto vivesse, jamais deixaria de fazê-lo, tendo logo morrido naquele instante. Trinta e três anos depois, ao abrir-se o seu túmulo em S. Francisco (convento de que, na altura da prédica, como sabemos, Fr. Luís era o guardião), para nele ser sepultada a esposa, verificar-se-ia que

Observe-se que a gradação com que passa do simples comunicar de uma mesma conclusão, exigida por premissas semelhantes e encabeçada pelo «eu digo», à interrogação provocatória no «se lhos quebrardes, que esperais?» — a findar na imprecação em que anuncia as desgraças que advirão sobre os perjuros —, é mais do que um processo retórico destinado a acentuar a ênfase na advertência aos implicados nos diferendos com a Colegiada. Na verdade, o que se depreende da expressão «palavra do Príncipe», ligada aos castigos evocados não será o querer Fr. Luís envolver na ira do Céu o próprio rei castelhano e todos quantos o incitavam ou imitavam na restrição e atropelo dos privilégios eclesiásticos? Certamente que os males capazes de provocar o aniquilamento do reino — fomes, esterilidades, epidemias —, de tão frequentes na época, sem esforço se podiam associar ao brandir do azorrague divino com a finalidade indicada¹⁴⁶. Daí o apelo às testemunhas presenciais do que, neste aspecto, seria possível observar. E não será também esse nomear fluído do «Príncipe» na quebra do juramento dos privilégios e foros, que se comprometera a respeitar, uma insinuação directa à atitude que Filipe IV vinha tomando, por indicação de seu valido Olivares e dos portugueses concordantes, em relação ao que seu Avô jurara cumprir nas Cortes de Tomar?¹⁴⁷.

Esse crescendo de trombeta aterrorizadora, em seu profético soar, vai atingir, porém, a sua máxima amplitude, quando o pregador invoca, como derradeiro exemplo, a profecia de S. Bernardo sobre a perda do Reino divulgada pela historiografia alcobacense:

«Lembrevos por fim aquella illustre profecia do glorioso São Bernardo, quinhentos annos antes de seu comprimento, escrita a vosso natural o primeyro Rey Dom Affonso Hen-

do corpo só se haviam consumido o «gorgominho e as mortaldas». Fez-se então retratar o «dito perseguidor dos privilégios da Senhora, e o caso se escreveu em pergaminho». Cf. TORQUATO PEIXOTO D'AZEVEDO, *op. cit.*, pp. 261-262.

¹⁴⁶ A comprová-lo, ver as referências deixadas por PERO ROIZ SOARES ao longo do seu *Memorial* [leitura e revisão de M. Lopes de Almeida (Coimbra, 1953), vol. I]. Embora o noticiário do *Memorial* se fique por 1628, o procedimento não sofreu alteração, como se poderá verificar, entre outros, em *Restauração de Portugal Prodigiosa*, a citada obra de GREGÓRIO DE ALMEIDA.

¹⁴⁷ A quebra dos juramentos e promessas feitos por Filipe II nas cortes de Tomar foi argumento largamente utilizado logo após a Restauração de 1640. Vide, entre outros: [ANTÓNIO PAIS VIEGAS], *Manifesto do Reino de Portugal* [1641], nova edição prefaciada por Joaquim de Carvalho (Coimbra, 1924), p. 20.

riques, dandolhe as graças das largas doações feitas a Santa Maria de Alcobaça lhe segurava da parte de Deos, & da Virgem, q̃ em tanto duraria seu Reyno, em quanto seus descēdentes conservassem aquelas doaçõens, & rendas por elle dadas a Santa Maria: & que então se acabaria seu Reyno, quando hum seu sucessor lhas tirasse. Não vimos, por nosso mal, isto cumprido; que o primeyro que tirou as rendas a Alcobaça, o primeiro Commendatario dellas foy quem acabou este Reyno»¹⁴⁸.

Tocar nos bens da Igreja é, pois, como autolavrar uma sentença de morte. E o paralelismo do exemplário apresentado seria convincente para o auditório. Sobretudo a eloquência da associação entre a morte do Cardeal D. Henrique e a perda da autonomia do Reino, em 1580. No plano divino, entende o orador que isso não foi mais do que o castigo de Deus pelo desrespeito havido para com as isenções da Igreja. Portanto, os dados encontravam-se lançados. E, se o sermão era à Senhora da Oliveira, do comportamento a ter para com Ela (=direito e bens da Igreja) dependeria a perdição ou restauração de Portugal. O tom é de desafio e a proposta dilemática; mas a linguagem, essa, é, apesar de tudo, de incitamento à esperança:

«Pois se quereis acabar a vossa patria tão estimada, & por tantos titulos digna de todos os seculos do mundo, tiray, & quebray os privilegios de Santa Maria da Oliveyra, tendes tudo feito. Mas se quereis que viva, floreça, seja sempre verde; conservaylhe a esta Oliveyra suas folhas, sua autoridade, seus foros, suas liberdades, seus privilegios; darvos ha ella de seu fruto bem aventurado [...]: oleo de misericordia, oleo de unção [...]»¹⁴⁹.

¹⁴⁸ «Retrato», p. 442. À margem. cita: Brit. cro. cist. lib. 3. Indica-se, pois, como fonte, a obra do alcobacense BERNARDO DE BRITO (1569-1617) cuja *Primeira parte da Chronica de Cister* saiu em Lisboa, em 1602. A referida carta será utilizada, no período da Restauração, como prova da realização dos vaticínios aí anunciados. A divisão das rendas de Alcobaça dar-se-ia no ano de 1559, a instâncias e a favor do Cardeal D. Henrique que, quando rei, a confirmou e «por cuja morte — escreveu Gregório de Almeida — entrou ElRey Catholico em Portugal, & se fez Rey, & senhor d'elle, conforme á prophecia de S. Bernardo, nesta sua carta»: Cf: GREGÓRIO DE ALMEIDA, *op. cit.*, cap. XIII e XIV, pp. 70-79.

¹⁴⁹ «Retrato», p. 442, col. 2:

A peroração, no seu epílogo — destinado a amplificar e mover os afectos do auditório —, faz entrar em linha de conta, como elementos fulcrais, os agravos no foro religioso e o brandir profético da cólera de Deus que, à semelhança do ocorrido em séculos transactos, sucederia, se não se verificasse emenda no proceder. Ainda uma vez o passado é ligado visceralmente ao futuro. É fácil é apercebermo-nos do inevitável elo existente entre a gradação de ideias e a intensidade sonora da voz do pregador, inseparável do sermão oral. Aqui, pois, se advinharão unidas pragmaticamente, para convencer e mover o auditório a decidir-se pela restauração da pátria, o que implicava, no presente, o regresso à conduta que a fizera gloriosa no passado.

8. A análise longa, a que procedemos, impõe-nos uma conclusão onde se relevem, no plano organizativo do sermão, os fios condutores deste discurso tão singularmente rico — como texto polémico e pragmático —, e estilisticamente conseguido dentro das tendências da oratória barroca do tempo.

O *topos* constante é, nesta prédica, o da oposição entre os «tempos passados» e «os presentes», sendo o «pelote roto, pobre e alanceado» um sintagma à maneira do da «palavra de Deus» (= *verbum Dei*) utilizado por Vieira no Sermão da Sexagésima que constitui crítica acérrima ao estado a que chegara a arte de pregar. A tripartição do discurso, baseada na adjectivação do *pelote* em *roto*, *pobre* e *alanceado*, aproxima-se dos andamentos de uma partitura musical e contribui para uma atomização da imagem real do pelote ao serviço da encenação e plasticização da ideia do Reino perdido — situação presente — apontada no exórdio, explicitada na exposição e recolhida na peroração. Aqui, porém, em ordem à visualização profética do Portugal restaurado — regresso ao *passado* glorioso. O *pelote* — metáfora de Portugal — é utilizado alegoricamente na palavra «vestido» cujo valor semântico é tanto de vestido (= traje) como de virtude (= honra); ou seja: *vestido do corpo* e *vestido da alma*; logo no duplo sentido literal e ético. O elemento *pelote* adquire assim uma dimensão polissémica como significante, tornando-se fundamento das relações de semelhança estabelecidas entre dois significados ou sentidos. A sátira social — inserida no tecido alegórico do sermão e assestada à vaidade do vestuário, à cobardia, à corrupção, à traição e à desunião dos responsáveis — permite-lhe focar a galeria sociológica de fidalgos, escudeiros, burocratas, mercadores, soldados. Para expressar os males da nação, mobiliza obviamente toda a linha pragmática do discurso oratório, destinado a *docere*, *delectare* e *movere* os ouvintes.

Como, porém, o último aspecto é o mais importante — dado que o pregador intentava levar a uma reacção contra a castelhanização em curso —, lança mão de abundantes e diversificados meios. Entre outros, encontramos a tópica de elementos constitutivos do organismo humano (cabeça, sangue, ossos, coração); os topos antitéticos procedentes de uma dicotomia maniqueísta radical (passado glorioso/presente deplorável), as associações metonímicas e as simetrias frásicas. Na argumentação, os raciocínios, de traça silogística, entrelaçam-se com evocações bíblicas, literárias, históricas e comentários exegéticos e patrísticos, ou seja: toda a panóplia de fontes auxiliares e conceitos predicáveis comumente usada na pregação coeva. Recursos destinados a enumerar, descrever, encenar e narrativizar, com o fim último de conseguir a adesão do auditório.

Em suma, poder-se-á dizer: 1.º — *No plano lógico*, procura-se aproveitar a celebração da efeméride religiosa e patriótica, invocando de novo a protecção da Virgem da Oliveira para salvar o Reino em perigo de se extinguir no *presente* da mesma forma como o fizera no *passado*; analisa-se a situação de Portugal de «hoje» retratado no «pelote» e estabelece-se um paralelo histórico, e contrastante, com o *Portugal de «ontem»*; acena-se com a esperança de restauração próxima. 2.º — *No plano estético*, recorre-se à metáfora do «pelote roto, pobre, alanceado», desenvolvendo-a em espiral, a ponto de, num processo tipicamente alegórico, abranger toda a situação deplorável do Reino desde a material (vestido) até à social (corpo e alma). A divisão do texto em parágrafos facilita a subordinação do mesmo ao esquema, num vai-vém constante entre o sentido real e o metafórico, i. é, da contemplação do estado do *pelote* à escarpelização do estado «presente» da nação. Cada desenvolvimento da metáfora culmina sempre por um apelo e/ou advertência sinteticamente expressos. 3.º — *No plano pragmático*, pretende-se globalmente levar o auditório a tomar consciência de uma situação apresentada como intolerável; estimulá-lo a alterar a sua conduta, que é objecto de contundente crítica no aspecto social e moral; reavivar a sua confiança na Virgem, penhor e agente infalível da desejada *restauração*; e, circunstancialmente, contribuir para que se sustentem as violações aos privilégios da Colegiada, em particular, e do clero, em geral. 4.º — *No plano linguístico*, explora-se a polissemia à volta de cada um dos atributos do *pelote*, pois de um termo preciso e real (v. g. roto e velho) parte-se para o alargamento do âmbito semântico da palavra até fixá-lo num valor simbólico. A repetição de certos significantes, como *pelote* e *lança* — que, por associações metonímicas, têm valor semântico diferente à medida que o parágrafo se vai desenvolvendo (caso do IV e V §) —, resulta de tal maneira que a lança (objecto real

que atravessa o pelote) deixa de ter, no enunciado, o valor comum que a palavra de início tinha, para se transformar no símbolo de uma actuação patriótica, e até de qualquer actuação antiportuguesa. Assim, de arma do rei D. João I passa a ser instrumento de traidores e inimigos que com ela trespassam o Reino. A tessitura do sermão é elaborada dentro de um esquema nitidamente gongórico e conceptista, assaz patente nas antíteses, paralelismos, quiasmos, acomodações engenhosas e raciocínios subtis. A própria narrativa literal dos factos históricos e bíblicos — discurso dentro do discurso — é expressa numa linguagem predominantemente denotativa que, ao ser transposta para a situação de Portugal, se converte em conotativa (v. g. a paixão de Cristo no § V). Por fim, a abundância dos imperativos e vocativos no decurso da exposição, e das formas verbais com valor de futuro na peroração (v. g. *averá dia; aveis de fazer tudo isto; aveis de reconciliá-lo; será irmãos se soubermos*), caracteriza bem a natureza do corpo do sermão. E este, dominado desde o parágrafo I ao V pela oposição passadas/misérias presentes — *leitmotiv* da substância do discurso mesmo em suas variantes —, termina na peroração por um profetismo voltado intencionalmente para o porvir — a restauração que se pressentia próxima.